

PROGRAMA DE GOVERNO DA CIDADE DE LISBOA

2013/2017

UMA CIDADE
LISBOA
PARA AS PESSOAS

BALANÇO DE UM MANDATO

2007 foi o «**tempo da urgência**», em que nos propusemos «**arrumar a casa**», «**pôr a câmara a funcionar**» e «**preparar o futuro**».

A cidade voltou a cuidar de si, combatendo o abandono do espaço público; concluiu obras suspensas por falta de pagamentos aos fornecedores, mas – e sobretudo – foi o tempo de, poupando na CML, investir na cidade.

Entre 2007 e 2009, foi possível:

- Reduzir a dívida a fornecedores em 205 milhões de euros.
- Reduzir o prazo de pagamento em 192 dias.

No ano de 2008, conseguimos:

- Reduzir as despesas de funcionamento da Câmara em mais de 253 milhões de euros.

Em 2009, o compromisso foi o de consolidar o funcionamento da CML. Foi também o tempo de apresentar uma nova visão para Lisboa: **uma cidade para as pessoas, aberta, intercultural e solidária**, investindo na **qualidade de vida**, no **ambiente urbano** e na **segurança**, com uma **atividade cultural** intensa, capaz de reter e atrair recursos **humanos qualificados** e com uma **vida urbana rica e diversificada**.

Apresentámo-nos em listas conjuntas e obtivemos a confiança da maioria para governar Lisboa. Respondemos dia após dia pelos nossos compromissos essenciais, incluídos em

5

grandes objetivos

- **Cidade Amigável**
- **Cidade de Oportunidades**
- **Cidade Sustentável**
- **Cidade Competitiva, Inovadora e Internacionalizada**
- **Governo Próximo, Rigoroso e Participativo**

“ Mais do que por obras de grande visibilidade, impossíveis no quadro que vivemos, optámos pelas pequenas grandes obras de que Lisboa carece para ser uma cidade de pessoas, para as pessoas e com as pessoas. Por isso, privilegiamos a proximidade e a participação. ”

(António Costa, discurso proferido nas comemorações de 10 junho de 2012)





Foram quatro anos, sempre em contraciclo:

- **Reduzimos a dívida do município** quando o endividamento do país aumentava.
- **Reforçámos o investimento** quando tudo parava.
- **Apoiámos a cultura.**
- **Demos prioridade à escola pública e aos apoios sociais**, contra o empobrecimento.
- **Baixámos os impostos** quando todos aumentavam.
- **Estimulámos o emprego e apostámos nas empresas.**


Provámos que há uma alternativa de rigor e responsabilidade social ao culto da austeridade pela austeridade.

Investimos na Reestruturação

- Reestruturámos os **serviços** e o **universo empresarial municipal**.
- Aprovámos o **Plano Verde** e o novo **Plano Diretor Municipal**.
- Conseguimos fazer aprovar na Assembleia da República uma **reforma administrativa** que representa uma nova etapa histórica na cidade, com 24 freguesias, com mais recursos e mais competências.

Investimos na Participação e no Diálogo

- Prestámos publicamente contas do nosso trabalho, na Assembleia Municipal, em **reuniões de câmara descentralizadas**, no dia a dia.
- Abrimos as portas à participação dos cidadãos, em experiências pioneiras como o **Orçamento Participativo** e o **Programa BIP/ZIP**.
- **Dialogámos com as oposições** e procurámos obter apoio alargado nas grandes decisões sobre a cidade.



Devolvemos
a frente ribeirinha
à cidade.

Investimos na Cidade

- Devolvemos a **frente ribeirinha** à cidade.
- Abrimos **esplanadas** e renovámos **jardins**.
- Requalificámos **bairros municipais**.
- Criámos mais **estacionamento**.
- Melhorámos a **qualidade do ar**.
- Criámos **zonas 30**.
- Desenvolvemos **soluções de mobilidade** mais sustentáveis e mais seguras para o peão.
- Concluímos o **Corredor Verde** que liga a Avenida da Liberdade a Monsanto.
- Construámos **ciclovias**.
- Criámos novos **parques urbanos** e **parques hortícolas** municipais.

Investimos nas Pessoas

- Apoiámos o **desenvolvimento social** na cidade, em colaboração com a Rede Social e com as Juntas de Freguesia.
- Pusemos **10.000 crianças** por ano a **aprender a nadar**.
- Promovemos a **saúde** e o **desporto** para todos.
- Reabilitámos **42 escolas** e lançámos um ambicioso programa de **60 creches**.



Investimos na Reabilitação Urbana

- Aprovámos uma estratégia de reabilitação urbana que incluiu **regras claras**, **incentivos fiscais** alargados, **investimento municipal e comunitário** nos espaços públicos e nos equipamentos.
- Demos **nova vida a bairros esquecidos**, de que a Mouraria foi um caso paradigmático.
- Mudámos o paradigma: 80% das licenças emitidas são para obras de reabilitação.
- Criámos novos **programas para a reabilitação do parque habitacional** municipal.
- Desenvolvemos **modelos de participação** de bairro com moradores e associações locais.



Investimos no Empreendedorismo, na Criatividade e na Cultura

- Apoiámos uma **rede de incubadoras de empresas**.
- Promovemos o **turismo**.
- Abrimos novos **espaços culturais**.
- Valorizámos a **criatividade** e os agentes criativos.
- Trabalhámos com a **universidade** para duplicar o número de estudantes ERASMUS.
- Promovemos a **interculturalidade**.
- Alcançámos a consagração do **Fado como Património Imaterial da Humanidade**.
- Atraímos para Lisboa **grandes eventos** e inúmeros prémios internacionais.

Foi isso que fizemos na cidade,
procurando torná-la mais próxima, participada e rigorosa,
com as contas em dia e a redução a zero do endividamento líquido,
mas também com mais criatividade,
mais iniciativa e mais cosmopolitismo.

UMA VISÃO E UM MODELO DE GOVERNO PARA A CIDADE

UMA VISÃO

Mostrámos no governo de Lisboa que há uma política alternativa àquela que tem sido seguida no governo do país.

Os lisboetas decidiram que querem continuar uma política que foi capaz de **equilibrar as contas, fazer obra, valorizar a participação, dinamizar a economia e promover a solidariedade e os direitos sociais** em vez de trazer também para Lisboa as políticas que no governo nacional só têm agravado a crise, promovido o desemprego, desprezado a cultura e empobrecido as famílias e as empresas.

Queremos uma cidade que se mobiliza, que mobiliza os cidadãos, as empresas, a universidade, os agentes culturais, toda a Rede Social para enfrentar e vencer a crise.



Uma visão clara para a cidade: mais pessoas, mais emprego e melhor cidade.

Mais pessoas, mais emprego, melhor cidade constituem uma unidade inseparável porque:

- **Mais e melhores empregos** são condição para mais pessoas a habitar a cidade.
- **Mais pessoas** são essenciais para uma melhor cidade, mais habitada, mais reabilitada, mais regenerada e com melhor qualidade de vida.
- **Melhor cidade** é condição para ter mais pessoas, mais atividades e mais emprego.

Mais pessoas, mais emprego, melhor cidade é uma resposta às exigências do tempo em que vivemos.

Um tempo marcado pela mais **grave crise económica e social** de que há memória no nosso país e pela incapacidade da governação do país em promover, aqui e na Europa, as respostas políticas necessárias à saída da crise.

Uma crise que se está a mostrar **devastadora para vastos segmentos da nossa população**, que está a pôr em causa elementos fundamentais de coesão social e nacional e que está a minar a própria capacidade de dela sair com a atrofia dos fatores críticos de modernização e desenvolvimento de que o país dispõe.

Uma crise que resulta das **políticas de austeridade e empobrecimento**, mas também de uma atitude política de profundo desrespeito pelo que são direitos sociais básicos e fundamentais numa sociedade desenvolvida.



MAIS
ESSOAS



MELHOR
CIDADE



MAIS
EMPREGO



Defender os Direitos Sociais

O **governo local** terá de defender o **acesso concreto aos direitos sociais**, impedindo a sua contínua erosão e destruição, mostrando que é possível contrapor à lógica pura e dura da austeridade uma **dimensão responsável** de sobriedade compatível com um maior **bem-estar das comunidades**.

É necessária uma **estratégia integrada para os direitos sociais** na cidade de Lisboa, envolvendo ativamente as políticas de:

- Habitação
- Educação
- Cultura
- Desenvolvimento Social
- Saúde
- Juventude
- Desporto

Em articulação com:

- Emprego
- Empreendedorismo
- Inovação



Estas áreas serão o suporte da **capacidade de resiliência e de combate à crise** que o município desenvolverá e que se deverá traduzir nas prioridades de investimento municipal.



Combater a Crise

Queremos fazer da cidade um referencial no combate à crise, um referencial ao nível da agenda política, assente no:

- Desenvolvimento
- Criação de emprego
- Bem-estar e Qualidade de Vida
- Direitos Sociais
- Segurança das Pessoas
- Promoção da Cultura
- Defesa e Proteção Patrimonial e Ambiental

Mas um referencial também na forma do exercício do poder, pois acreditamos que a **mobilização e participação permanente dos cidadãos e das instituições da cidade** nas matérias do seu governo não é só uma decorrência da vivência democrática; é, antes de tudo, uma condição básica para a construção das respostas para superar a crise.



Mobilizar todos os Ativos de Lisboa

Mais pessoas, mais emprego, melhor cidade é, ao mesmo tempo, uma visão à altura das possibilidades e responsabilidades da cidade de Lisboa. Desde logo porque **Lisboa conta com:**

- O melhor do **dinamismo empresarial**.
- Uma **capacidade científica e tecnológica** de referência.
- **Instituições de excelência internacional** em múltiplos domínios.
- **Recursos culturais e naturais** únicos.
- A **imensa energia** de todos os que fazem hoje de Lisboa uma das cidades mais vibrantes e reconhecidas a nível mundial.

Conhecer, **apoiar e mobilizar estes ativos** é determinante para o **futuro de Lisboa** e uma responsabilidade central de um moderno projeto autárquico.

Executar as Boas Políticas

Por outro lado, fruto da gestão desenvolvida nos últimos dois mandatos, Lisboa dispõe hoje de **novas e melhores condições** para apoiar de forma eficaz uma **estratégia de desenvolvimento sustentável**:

- Quadro fiscal e regulamentar altamente favorável e incentivador da reabilitação urbana, resultante da classificação como Área de **Reabilitação Urbana** de cerca de 70% da área da cidade.
- Prolongamento no tempo de um **quadro fiscal**, nomeadamente em sede de IRS, IMI, Derrama e IVA na reabilitação altamente favorável à fixação de pessoas e atividades.
- **Gestão rigorosa** do município que tem permitido a libertação de verbas para investimento na cidade.
- **Estratégia Lisboa 2020** que permite à cidade estar na linha da frente do acesso ao novo ciclo de fundos comunitários.
- **Descentralização de competências**, que vai desbloquear a resolução de problemas essenciais à vida quotidiana dos lisboetas.
- **Novos programas de habitação** que permitem reabilitar as casas vazias para arrendamento acessível.

Aproveitar e mobilizar plenamente todos estes novos instrumentos é uma oportunidade, mas também uma obrigação para o **futuro da cidade**.

Mais pessoas, mais emprego, melhor cidade
é a visão que queremos para Lisboa.
Mobilizando todos os cidadãos,
todas as instituições, todas as energias.
Porque Juntos Fazemos Lisboa.



UM MODELO DE GOVERNO

Queremos uma Lisboa Colaborativa



Hoje as cidades são resultado, também, da co-criação dos seus atores, protagonizando **cruzamentos de redes** potenciadoras de inovação, de parcerias, de desenvolvimento e criadoras de riqueza. Lisboa deverá ser cada vez mais uma **cidade colaborativa**, apoiada na **intervenção coletiva** e integrada, multissetorial e institucional de todos os seus protagonistas.

É necessário mobilizar e potenciar também, numa lógica colaborativa, a **enorme riqueza de recursos humanos, saberes e capacidades organizativas** já existentes:

- No município.
- Na Rede Social de Lisboa.
- Nas distintas redes de parceiros públicos e privados que em Lisboa se têm vindo a criar e reforçar em todos os setores.

Privilegiaremos o **trabalho em rede**, nomeadamente nas **áreas sociais**, articulando os recursos públicos com a energia social das organizações e entidades que atuam no terreno e atribuindo os **apoios necessários** com transparência e equidade.

Queremos uma Lisboa com Poder de Decisão

Gerir uma **cidade capital no século XXI** em tempo de crise requer cada vez maior abertura do processo de decisão à participação informada dos cidadãos. Mas é também essencial que a **cidade faça ouvir a sua voz nas grandes decisões nacionais** que afetam profundamente o dia a dia das pessoas, das famílias, das empresas e das comunidades:

- Afirmaremos a **autonomia e os interesses de Lisboa** no contexto regional, nacional e europeu.
- Defenderemos uma profunda **reforma do sistema de transportes** em Lisboa, numa ótica municipal e metropolitana, de sustentabilidade financeira, ambiental e social, exigindo o pleno respeito pelas atribuições e competências do município nas decisões respeitantes às operadoras de transporte público.
- Defenderemos a **descentralização do policiamento de trânsito** para a Polícia Municipal.
- Proporemos o debate e a **alteração de medidas legislativas** de âmbito nacional com graves impactos na cidade, como, por exemplo: a lei do arrendamento urbano; a segurança de proximidade; a reabilitação urbana; o combate à pobreza e à violência doméstica; o direito à habitação; a participação das organizações de moradores na gestão dos respetivos bairros.

Queremos uma Lisboa Próxima e Participada

Levaremos à prática a desconcentração e **descentralização de competências e recursos para as novas freguesias**, visando o reforço da sua eficiência e capacidade de resposta, nomeadamente no plano social e na gestão de proximidade de serviços urbanos essenciais.

Defendemos um **funcionamento mais aberto e expedito da Assembleia Municipal**:

- Valorizando o **debate público** das grandes questões da política municipal.
- Implementando a **participação informada** dos cidadãos e suas organizações.
- Promovendo o **direito de petição** perante os órgãos municipais.
- Levando à Assembleia da República **tomadas de posição** da cidade.
- Fazendo da Assembleia Municipal uma verdadeira **casa da cidadania**.

Apostamos numa **maior articulação entre os órgãos municipais e os vários conselhos consultivos** já existentes ou a criar. A experiência da instância consultiva criada para preparar a «**Estratégia Lisboa-Europa 2020**», recomenda a instituição de um **Conselho Transversal** ou **Fórum da Cidade**, reunindo diferentes setores e parceiros e cujas opiniões ou recomendações sejam apresentados aos órgãos municipais competentes.

Para tanto, vamos instituir um **Conselho da Cidade** que, de forma transversal, chame a cidade a pronunciar-se sobre os grandes desígnios e projetos. Rompe-se assim com a tradição de audição vertical em que cada segmento, cada interesse, cada organização, se pronuncia apenas sobre aquilo que lhe diz respeito. «**Juntos Fazemos Lisboa**» significa também **convocar, partilhar e participar**.

Queremos uma **reforma dos instrumentos de gestão municipal**, nomeadamente:

- Melhorando a capacidade de intervenção estratégica, planeamento de políticas e definição de ações.
- Articulando serviços municipais com vocação estratégica, conselhos municipais e outras entidades.
- Privilegiando a gestão estratégica por objetivos e a compreensão fácil dos documentos de suporte às decisões, de modo a permitir um melhor escrutínio pelos cidadãos da atividade municipal.

Manteremos a prática das **reuniões descentralizadas da Câmara Municipal**, destinadas exclusivamente a ouvir os munícipes inscritos e a dar resposta às questões, críticas ou reclamações apresentadas; e desenvolveremos as experiências de **co-decisão e co-governo de proximidade**, com a participação das Juntas de Freguesia e das organizações de moradores e outras entidades locais.

As experiências da Reforma Administrativa da cidade, do Orçamento Participativo e do Programa BIP/ZIP consolidaram a nossa convicção que uma cidade faz-se partilhando, faz-se participando, faz-se ouvindo e faz-se respeitando os direitos dos cidadãos.



5 GRANDES EIXOS PARA O GOVERNO DE LISBOA

**LISBOA MAIS PRÓXIMA,
EMPREENDEDORA, INCLUSIVA,
SUSTENTÁVEL E GLOBAL**



O nosso programa de governo da cidade assenta na continuidade de uma atitude – rigor com responsabilidade social:

- Poupar no funcionamento para investir na cidade.
- Normalizar prazos de pagamento.
- Estabilizar o quadro fiscal para incentivar a fixação de famílias e empresas.
- Respeitar os limites de endividamento.
- Gerir o endividamento líquido de modo a não limitar a capacidade de investimento e ter capacidade para acomodar contingências extraordinárias.
- Mobilizar ativamente o financiamento comunitário.
- Promover a cooperação entre todos os agentes de intervenção social.
- Aumentar e reforçar a Rede Social.
- Partilhar recursos e criar respostas sociais expeditas, dignas e solidárias.

Tudo isto é, mais do que um desafio, um dever.

**Estruturamos a nossa ação em 5 grandes eixos:
uma cidade mais próxima, empreendedora, inclusiva, sustentável, global,
que articuladamente prosseguem os 3 objetivos estratégicos da cidade:
uma cidade melhor, com mais oportunidades para viver
e mais atrativa para as empresas.**



LISBOA mais próxima

Cidade Limpa e Arranjada

A qualidade dos serviços urbanos, em especial da higiene e limpeza urbana, é a primeira prioridade de uma cidade melhor. A descentralização da lavagem e da varredura para as Freguesias e as novas competências que lhes são atribuídas, acompanhada da desconcentração de outras competências nas Unidades de Intervenção Territorial do município, são uma reforma de fundo que permitirá assegurar com maior eficiência a manutenção do espaço público e dos equipamentos e combater melhor o desmazelo que afeta a qualidade de vida dos cidadãos, como os buracos nos pavimentos ou os graffitis.

LISBOA inclusiva

Cidade Atrativa

A promoção da habitação com rendas acessíveis, a par das creches, jardins de infância e da escola pública e da valorização dos transportes públicos são políticas centrais para atrair e fixar novas famílias, com estacionamento, espaços verdes, equipamentos, comércio de proximidade em cada bairro.

LISBOA sustentável

Cidade Reabilitada e Eficiente

O financiamento comunitário previsto para a melhoria da eficiência energética e da resistência a catástrofes naturais é uma oportunidade extraordinária para organizar um grande programa de reabilitação urbana, que permita intervir nas coberturas, vãos e fachadas, fazer o reforço antissísmico e aproveitar o potencial solar da cidade.

Cidade Acessível

Garantir a acessibilidade universal, removendo barreiras arquitetónicas e criando percursos confortáveis, é imperioso para uma cidade inclusiva que acarinha o envelhecimento ativo e saudável, aposta na segurança e na convivialidade do espaço público e combate o isolamento

LISBOA empreendedora

Cidade Competitiva

Fomentar o empreendedorismo, estimular o desenvolvimento de start-ups, favorecer a instalação de novas empresas, melhorar a competitividade da cidade, criar um programa de empregabilidade jovem, é contribuir para gerar emprego e aproveitar plenamente o potencial de inovação do maior centro de formação e investigação do país, valorizando os nossos recursos e reduzindo a pobreza.

LISBOA global

Cidade Univesal

Uma cidade que evoca a sua universalidade celebrando as Descobertas, que se enriquece tanto no diálogo intercultural como na afirmação identitária do Fado, que se equipa para atrair mais cruzeiros e congressos, que se insere nas redes globais da criatividade, da ciência e da inovação, que do encontro da foz do Trancão com o estuário do Tejo se afirma na fachada atlântica como Capital do Mar.

Cidade Diversificada

Uma cidade que se vê como um todo, do centro dinâmico e cosmopolita, com diversificada oferta cultural, com património histórico valorizado que dinamiza o turismo, aos bairros e zonas de intervenção prioritária, até há pouco esquecidos pelas prioridades municipais, uma cidade que se ambiciona de todos e para todos, da população sem-abrigo aos estudantes ERASMUS, que promove a defesa dos direitos sociais e defende a sua estrutura ecológica.

**Esta é a Lisboa
por que nos batemos:
mais próxima, empreendedora,
inclusiva, sustentável
e global.**

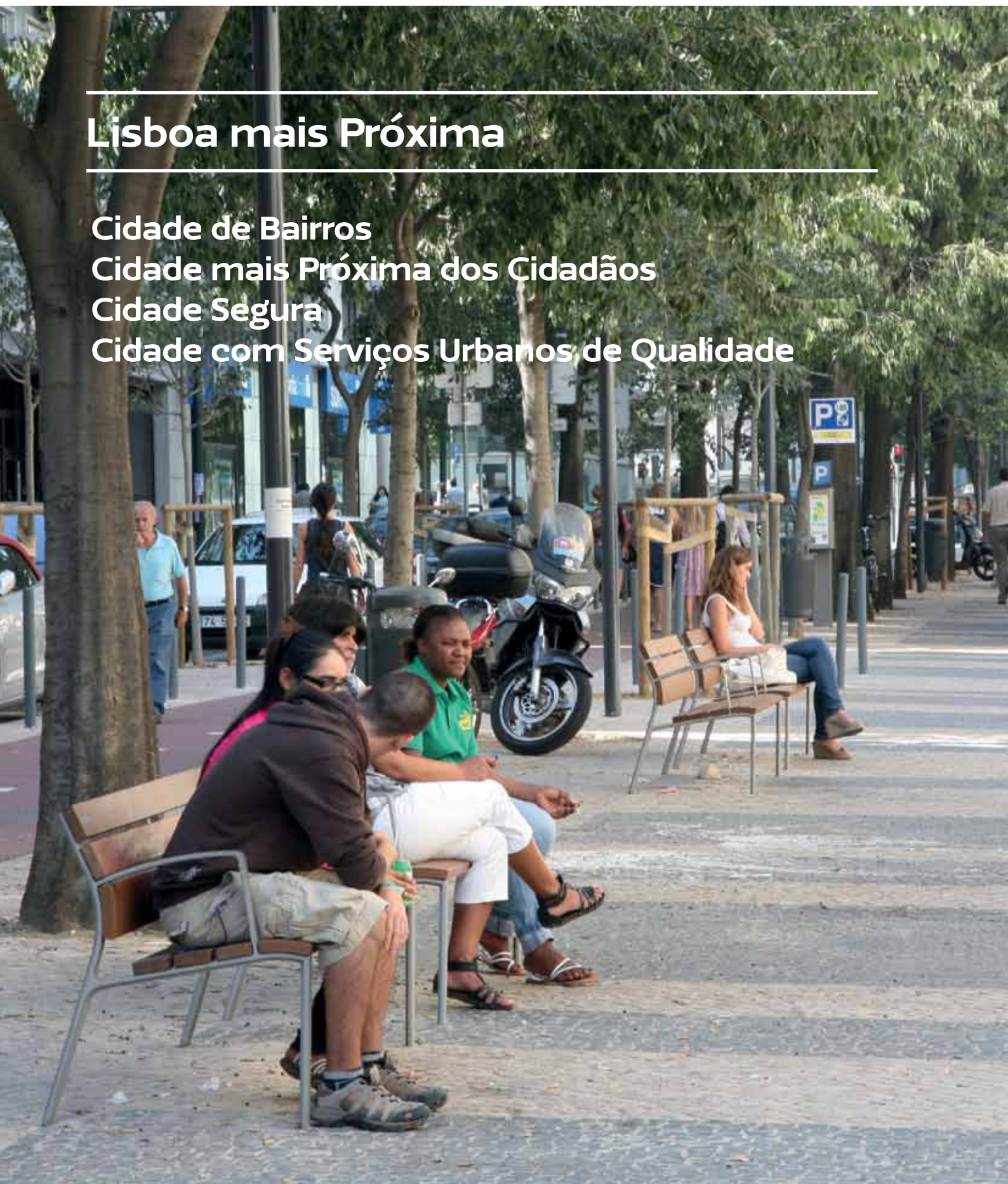
Lisboa mais Próxima

Cidade de Bairros

Cidade mais Próxima dos Cidadãos

Cidade Segura

Cidade com Serviços Urbanos de Qualidade



Cidade de Bairros



Vamos continuar a política de promoção de Lisboa Cidade de Bairros. Para além das suas freguesias, Lisboa tem muito mais **bairros com identidade própria** e, mesmo dentro de cada bairro, várias unidades homogêneas – a rua, o beco, a vila – onde os laços de vizinhança ainda são mais fortes.

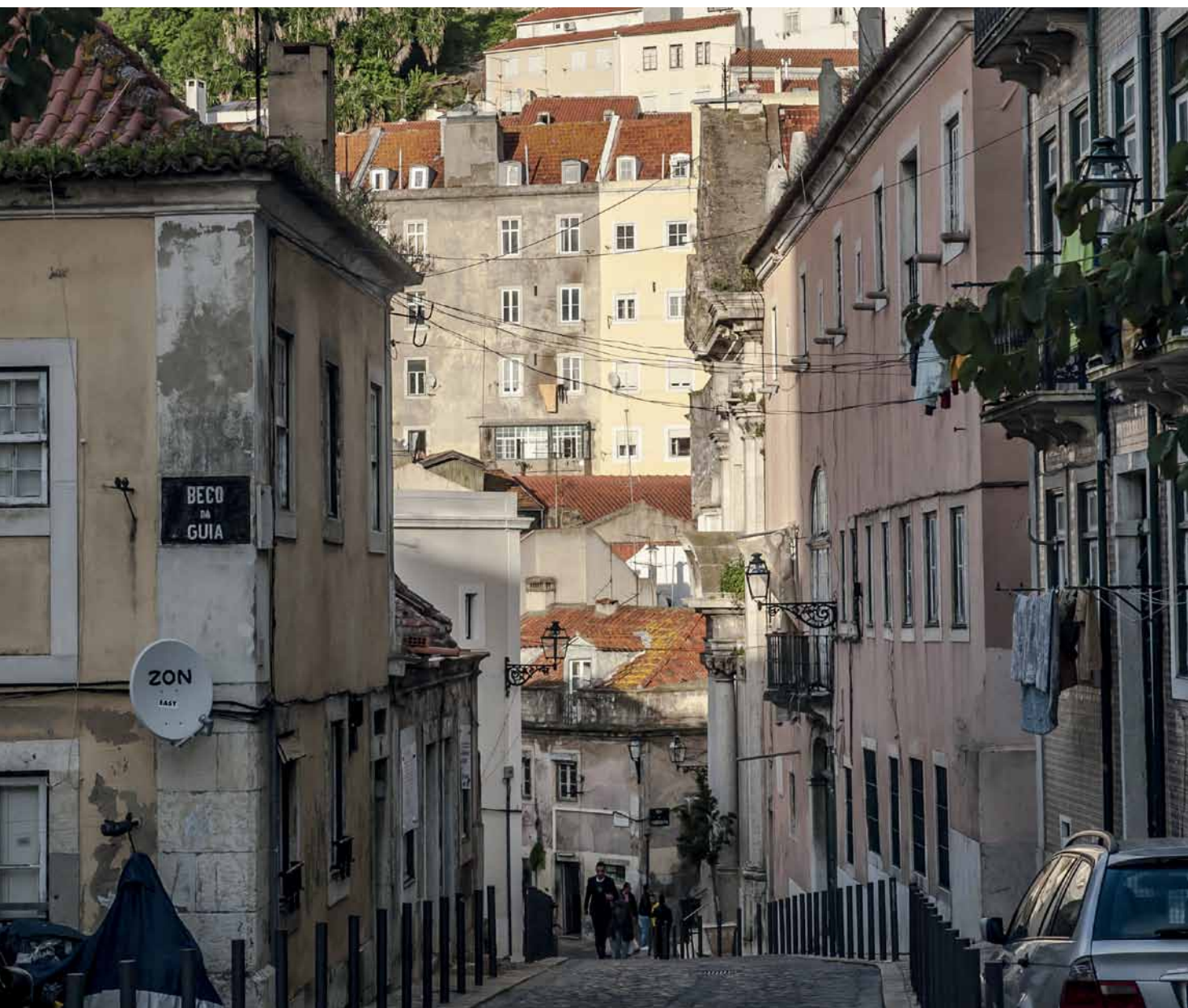
Cidade de bairros é uma grande mais-valia no reforço da coesão social e territorial de Lisboa. Por isso, queremos **rejuvenescer os bairros e fomentar este espírito** nas novas urbanizações da cidade.

Este objetivo é transversal a **todas as áreas de atuação da Câmara**, da cultura à ação social, da educação ao empreendedorismo, da mobilidade à qualificação do espaço público, da reabilitação à habitação, do associativismo à gestão do património municipal, da gastronomia ao comércio de proximidade, da segurança à saúde e à diminuição dos riscos.

Fomentar o espírito de bairro passa por **incrementar a autoestima** e o sentimento de pertença, valorizando os aspetos identitários de cada uma destas comunidades, nomeadamente assumindo a promoção e apoio às coletividades da cidade, articulando com as Juntas de Freguesia, entendidas estas como infraestrutura material e humana com implantação local e potencial de incremento de prestação, fundamentais na promoção da atividade cultural, desportiva, formativa e cívica.

O governo da cidade e a **participação ativa das comunidades locais** serão a chave para mobilizar as energias latentes em cada bairro na construção deste projeto. Neste sentido, a experiência da Mouraria, em que a revitalização comunitária andou a par com a reabilitação urbana, foi paradigmática.

O **programa BIP/ZIP** demonstrou como é possível em condições à partida adversas mobilizar a energia criativa e os recursos das comunidades.



Como vamos concretizar o conceito Lisboa CIDADE DE BAIRROS:

- 1 Dar particular atenção à qualidade, acessibilidade e densidade da rede **pública municipal de equipamentos coletivos de proximidade** – creches, jardins de infância, escolas, centros de dia, equipamentos de desporto, bibliotecas, mas também da **rede pública de equipamentos dependentes da Administração Central**, nomeadamente outras escolas e centros de saúde.

- 2 Apoiar e incentivar a **rede de coletividades e IPSS de bairro**, nomeadamente no que respeita às questões das instalações que a nova lei das rendas veio tornar crítica.
- 3 Dinamizar, em parceria com as Juntas de Freguesia, um **programa de apoio ao alojamento dirigido aos mais idosos**, em particular aos que vivem sós, apoiando as pequenas reparações domésticas e a melhoria das condições de conforto da habitação e a acessibilidade à rua.
- 4 Apoiar a intervenção dos proprietários e inquilinos de prédios degradados para realizarem **obras de reabilitação ao abrigo do programa "RE9"** (ver o ponto Cidade Sustentável).
- 5 Reabilitar prédios devolutos municipais para lançamento no mercado de arrendamento de **fogos com renda acessível**, através do programa "Reabilita Primeiro, Paga Depois" ou outros.
- 6 Desenvolver o **programa "Loja no Bairro"** para disponibilização de espaços municipais não habitacionais para comércio de proximidade ou empreendedorismo local.
- 7 Desenvolver um programa de **instalação de elevadores em prédios antigos** que facilitem o acesso de todos e contribuam para o reforço da estrutura aos sismos.
- 8 Tratar os bairros como **zonas de tráfego partilhado** em que a rua volte a ser um local de convívio e lazer, dificultando o seu atravessamento por tráfego que não tenha origem e destino no bairro, através de medidas que reduzem a velocidade de circulação e de efetiva partilha do espaço público pelos peões e veículos em condições de conforto e segurança.
- 9 Tornar progressivamente o **espaço público acessível a todos** com pavimentos mais seguros e cómodos, eliminando os riscos das calçadas sem, contudo, descaracterizar a cidade, em particular, a zona histórica, dando particular atenção aos cruzamentos com alternamento de passadeiras pedonais, pavimentos táteis e sonorização dos semáforos.
- 10 Melhorar a **qualidade ambiental dos bairros**, recuperando interiores de quarteirões, tornando-os permeáveis, arborizados e, sempre que possível, de utilização pública.
- 11 Aumentar a presença de **árvores no espaço público**, seja através de árvores de alinhamento ou de maciços plantados em locais estratégicos.
- 12 Lançar o **programa "Uma Praça em cada Bairro"** como iniciativa emblemática da ideia Lisboa Cidade de Bairros. A partir de uma praça, de uma rua, de uma zona comercial, do jardim do bairro ou de um equipamento coletivo existente ou projetado propomos organizar um ponto de encontro da comunidade local, uma microcentralidade que concentre atividade e emprego, que se consagre como espaço público de excelência e local de estar, onde se privilegiem os modos suaves de locomoção, marcha a pé e bicicletas, os transportes públicos e onde o trânsito automóvel será condicionado. Com este programa pretendemos replicar a experiência de requalificação da Av. Duque d'Ávila, que revolucionou as Avenidas Novas.

Cidade mais Próxima dos Cidadãos



A **Reforma Administrativa** que levámos a cabo, num amplo processo de participação e compromisso, teve dois propósitos fundamentais:

- Melhorar a gestão da cidade, tornando-a mais eficiente e com melhor capacidade de resposta aos problemas de funcionamento.
- Facilitar a vida às pessoas.

A prossecução da Reforma Administrativa da cidade torná-la-á uma **cidade ainda mais próxima dos cidadãos**. Este desafio irá coincidir com uma etapa histórica na cidade: a passagem de **53 para 24 freguesias**, com mais atribuições, competências, meios e recursos, permitindo uma gestão pública da cidade mais racional e eficiente e, ao mesmo tempo, mais descentralizada e mais próxima das necessidades dos cidadãos.

Esta nova etapa histórica é também um desafio para a CML e para a sua estrutura. A CML, na sua componente de gestora da cidade, terá que ser coautora na institucionalização político-administrativa das novas freguesias, o que significa que todos – **serviços, juntas e executivo municipal** – terão que se envolver empenhadamente na **consolidação deste novo modelo de governação** da cidade.

**Mais
descentralizada
e mais próxima
das necessidades
dos cidadãos.**

Queremos garantir a crescente **participação informada dos cidadãos** na formação das decisões, quer nas que lhes dizem diretamente respeito, quer nas que tenham impacto no património, no ambiente, na economia, na cultura, no tecido social ou na imagem da cidade. Só será sustentável uma governação em que a participação dos cidadãos tenha um lugar de destaque.

Como vamos tornar Lisboa uma CIDADE MAIS PRÓXIMA DOS CIDADÃOS:

- 1 Concretizar o **processo de transferência de competências** e meios para as Juntas de Freguesia.
- 2 Melhorar a dinâmica do **Orçamento Participativo** em Lisboa, nomeadamente através da articulação dos calendários dos orçamentos participativos das Juntas de Freguesia com o do município. Assegurar uma maior informação do processo e compilar e divulgar as boas práticas, procurando generalizar a participação a toda a cidade de Lisboa.
- 3 Utilizar **linguagem e terminologia acessível a todos** em documentação, debates e processos participativos de iniciativa municipal e definir uma estratégia de formação e apoio aos serviços.
- 4 Criar um **programa para a "gestão do tempo"**, cujo objetivo será, nomeadamente, a otimização do tempo dos munícipes no contacto com os serviços da CML, articulando os horários desta com os de trabalho e redes de transporte.
- 5 Promover o **funcionamento aberto e mais expedito da Assembleia Municipal**, devendo o seu regimento ser alterado por forma a: reconhecer e assegurar a todos os eleitos igual capacidade de acesso à informação e intervenção, em sede de plenário e de comissões parlamentares municipais; valorizar o debate público das grandes questões da política municipal; implementar a participação informada dos cidadãos e suas organizações; articular os trabalhos da Assembleia Municipal com os dos Conselhos Municipais existentes ou a criar.
- 6 Reformar os **instrumentos de gestão municipal**, privilegiando a gestão estratégica por objetivos e a compreensão fácil dos documentos de suporte às decisões previsionais e à prestação de contas, permitindo aos cidadãos um melhor escrutínio da atividade municipal.
- 7 Melhorar e sedimentar a ação das **Unidades de Intervenção Territorial**.
- 8 Ampliar e melhorar a **estratégia BIP / ZIP**, nomeadamente criando novos GABIP (Gabinetes de Apoio aos Bairros de Intervenção Prioritária), melhorando a estrutura de operacionalização, aumentando o investimento municipal e promovendo a crescente capacitação das redes de parceiros locais.



Cidade Segura

Garantir uma
cidade segura,
soluções
de emergência
e socorro
para todos.

Num tempo de acentuada crise económica, acompanhada da consequente crise social, o tema da segurança assume particular importância. A **segurança é um dos pilares da confiança dos cidadãos** nas suas instituições e contribui, decisivamente, para a manutenção de um clima de tolerância e a promoção de comunidades justas e seguras.

A segurança é também decisiva para a **fruição do espaço público** e partilha de todos os territórios da cidade, para residentes e visitantes.

Apesar de a segurança pública ser responsabilidade do Estado, o município deve cooperar na **segurança de proximidade** e participar nos **Programas de Segurança Comunitária**, como temos feito nos projetos de videovigilância no Bairro Alto e no Eixo Cais do Sodré–Praça do Chile.

Mas é, sobretudo, no âmbito da **emergência e socorro** que o município assume as suas responsabilidades.

Como vamos tornar Lisboa uma CIDADE SEGURA:

- 1 Prosseguir o **processo de reorganização territorial do dispositivo do Regimento de Sapadores Bombeiros (RSB)**, com a concentração física da unidade de comando e melhor distribuição pela cidade das unidades de intervenção rápidas (PSA – Postos de Socorro Avançado).
- 2 Desenvolver a **SALOC (Sala de Operações Conjuntas) como um verdadeiro Centro Coordenador de Emergência**, com a participação de todas as entidades relevantes, designadamente concessionários de serviços públicos e em estreito relacionamento com as Autoridades Distrital e Nacional de Proteção Civil e Socorro.
- 3 Expandir o **voluntariado de proteção civil** na cidade de Lisboa e desenvolver ações de **formação/informação** sobre prevenção de riscos e comportamento em cenário de catástrofe.
- 4 Preparar um grande programa de médio prazo, com financiamento comunitário, para **reforço da resistência antissísmica** de Lisboa.

Cidade com Serviços Urbanos de Qualidade



Dar prioridade às obras de manutenção de equipamentos e vias e à higiene e limpeza urbana.

A Reforma Administrativa da cidade, com uma ampla **descentralização de competências para as freguesias**, permite extrair plenas consequências de reorganização operada nos serviços da CML.

Esta é a ocasião de concretizar a **integração horizontal de todos os serviços urbanos nas diferentes Unidades de Intervenção Territorial**, permitindo somar às vantagens da descentralização para as freguesias as vantagens da desconcentração para estes serviços de proximidade da CML.

Assim, serviços como **obras de manutenção de equipamentos e vias**, a **higiene e limpeza urbana**, a **iluminação pública** e a **sinalização** devem integrar-se horizontalmente na Unidade de Coordenação Territorial.

Deste modo, assegurar-se-ão **brigadas de intervenção** mista para resposta pronta às necessidades e articular-se-ão com maior facilidade as competências descentralizadas para as freguesias.

Como vamos tornar Lisboa uma CIDADE COM SERVIÇOS URBANOS DE QUALIDADE:

- 1 Reformular o **portal da CML – “A Minha Rua”**, que permite a receção de queixas de cidadãos e entidades no que diz respeito a limpeza, pedidos de licenciamento ou repavimentação, tornando-o mais ágil e mais amigável. Permitir a consulta e o acompanhamento das intervenções e o prazo para conclusão da empreitada, de modo a intervir de forma global no reforço das condições de circulação pedonal, tapando buracos nos passeios, removendo obstáculos e detritos de intervenções já finalizadas.
- 2 Adequar e desenvolver **soluções colaborativas, “mobile” e nas redes sociais**, que permitam aos cidadãos, de forma mais simples e automatizada, reportar locais críticos que tenham necessidade de reparação ou intervenção.
- 3 Continuar a **remoção da publicidade selvagem** e uma maior fiscalização junto das entidades privadas responsáveis pela sua colocação, reforçando a regulação dessa atividade.
- 4 Continuar a **combater a utilização desordenada e indiscriminada do graffiti** na cidade, promovendo contudo o graffiti como arte urbana a valorizar, com regras e espaços próprios. Articular em parceria com as freguesias ações de limpeza regulares e periódicas e ações de sensibilização junto das escolas.
- 5 Criar um **programa de certificação das ruas, bairros ou freguesias, em função do seu nível de limpeza, recolha do lixo e qualidade do ambiente urbano**. A avaliação será feita periodicamente por uma entidade independente, que atribuirá uma bandeira às ruas, bairros ou freguesias que atinjam os critérios definidos em matéria de limpeza, ambiente urbano e de recolha de lixo. Da mesma forma que o programa “Bandeira Azul” mobilizou as populações para cuidar das suas praias, acreditamos que este programa irá mobilizar a nossa comunidade, as escolas, os comerciantes, as associações de moradores e os bombeiros, através de programas complementares educativos e de voluntariado.
- 6 Criar a **gestão eletrónica do lixo**. Georreferenciar ecopontos por forma a saber qual a quantidade de lixo que contêm. Este sistema permitirá uma melhor adequação da recolha, evitando a deslocação dos veículos quando os ecopontos ainda não estão cheios, e permitirá aos lisboetas, através da visualização num website, escolherem o ecoponto que ainda tem espaço disponível, evitando as acumulações de lixo em frente aos ecopontos cheios.
- 7 Avaliar as **alterações implementadas ao sistema de limpeza urbana e recolha seletiva** da cidade. Analisar e rever o mapa de ecopontos e papeleiras na cidade.
- 8 Reforçar os **meios de limpeza e remoção de dejetos** caninos.
- 9 Dar prioridade à melhoria das condições de trabalho e ao **arranjo do espaço público nos cemitérios** da cidade.

Lisboa Empreendedora

Cidade do Trabalho e da Criação de Emprego

Cidade da Inovação

Cidade Aberta às Empresas

Cidade de Comércio



Cidade do Trabalho e da Criação de Emprego

Uma **cidade empreendedora** é uma cidade que **cria valor e empregos**, colocando a riqueza gerada ao serviço da melhoria das condições de vida da sua população.

É imperioso interromper a destruição de emprego a que se tem vindo a assistir e, para tal, é necessário **apoiar os trabalhadores, as empresas e os empregadores**.

O **trabalho é um valor social e económico imprescindível**, que forma e transforma a vida de cada um, sempre com o objetivo de melhoria da sua qualidade de vida, tanto na vertente económica, como social e afetiva. Daí a importância que a empregabilidade assume, nomeadamente no atual contexto de retração económica.

Apoiar os trabalhadores, desempregados ou empregados, os que querem entrar no mercado de trabalho ou mudar de atividade, os que sentem desajustamento entre as suas qualificações e as ofertas de trabalho, significa **fomentar a formação, reconversão e capacitação profissional**, continuar a **aposta na qualificação académica e na sua adequação às necessidades da economia**.

Apoiar as empresas, para que se **desenvolvam, inovem e se tornem competitivas** em termos nacionais e internacionais, desde as tradicionais às mais modernizadas, das individuais às sociedades coletivas, das que desenvolvem atividades de prestação de serviços às de comércio, das pequenas às médias empresas.

Apoiar os empregadores, promovendo a sua **capacidade de decisão e gestão empresarial**, em termos de conhecimentos, qualificações e competências, para que possam melhorar o desempenho da sua atividade.

Incentivar o empreendedorismo, não o restringindo à atividade individual, à atividade lucrativa, aos jovens e aos mais qualificados. O **empreendedorismo pode e deve ser colaborativo**, e deve abranger o empreendedorismo social, apoiado em iniciativas de base local.

A cidade de Lisboa deve criar um **contexto favorável à empregabilidade e ao empreendedorismo**, que consolide o atual tecido económico e atraia mais e novas empresas de bens e serviços, competitivas e inovadoras, que a coloquem no núcleo das cidades europeias mais produtivas e empreendedoras. O reforço da interligação entre o ensino superior e as empresas, entre atividades tecnologicamente desenvolvidas e atividades tradicionais, entre diferentes culturas e conhecimentos, assegura o campo fértil para uma cidade **criadora de emprego, empreendedora e colaborativa**.

Como vamos tornar Lisboa uma CIDADE DO TRABALHO E DA CRIAÇÃO DE EMPREGO:

- 1 Promover o **"Programa de Empreendedorismo e Empregabilidade para os Jovens"** com o objetivo central de estimular o empreendedorismo e ser uma resposta à necessidade de promoção da empregabilidade. Este programa articulará iniciativas dispersas e diversos atores, como a autarquia, instituições do ensino superior e escolas profissionais, serviços públicos de emprego e de apoio à atividade económica.
- 2 Fomentar a **educação e a cultura para o empreendedorismo**.
- 3 Expandir o **"Programa de Empreendedorismo Jovem"** a todas as escolas públicas da cidade e completar com mais iniciativas, tais como: praças/bairros do empreendedorismo com a participação aberta a toda a comunidade, palestras e apresentações de empreendedores nas escolas e visitas de estudo às incubadoras por parte de professores e alunos.
- 4 Iniciar um **programa de estágios de estudantes universitários em start-ups** e incubadoras ou aceleradoras para aproximar os estudantes à realidade empreendedora.
- 5 Criar **incentivos para start-ups e empresas early-stage** que estimulem a integração da investigação e projetos académicos nos respetivos negócios.
- 6 Dar mais **visibilidade e importância a iniciativas de promoção do empreendedorismo**, como a "Semana do Empreendedorismo de Lisboa".
- 7 Criar o **"Dia do Empreendedor"**, em que todas as escolas/universidades são convidadas a trazer equipas e montar negócios de venda "informal", como o "Lemonade Day".
- 8 Utilizar **projetos e iniciativas de empreendedorismo que permitam a revitalização económica, social e urbana** de territórios e zonas históricas e/ou deprimidas de Lisboa, isto é, desenvolver projetos e iniciativas que permitam a criação de clusters territoriais onde o empreendedorismo seja a chave no processo de revitalização de zonas centrais e históricas de Lisboa, como a Baixa, Cais Sodré, Santos.
- 9 Dinamizar e desenvolver espaços e equipamentos que permitam a **transformação de ideias em protótipos e novos produtos** inovadores, como o "Fab Lab Lisboa" no Mercado do Forno de Tijolo.
- 10 Expandir e desenvolver a **Rede de Incubadoras e Espaços de Aceleração de Empresas de Lisboa**.
- 11 Posicionar e promover Lisboa como uma **Start-up City à escala internacional** e apoiar a expansão e internacionalização das empresas e start-ups de Lisboa: aumentar a promoção internacional da economia e do empreendedorismo em Lisboa, permitindo atrair, reter e expandir empresas e empreendedores.



Programa de Empreendedorismo e Empregabilidade para os Jovens

- 12 Promover **intercâmbios para start-ups** em crescimento e expansão.
- 13 Criar uma **bolsa de mentores** de Lisboa e um processo que incorpore reuniões de supervisão e troca de experiências.
- 14 Promover o **roadshow de start-ups** para outros ecossistemas na Europa e nos EUA.
- 15 Promover e divulgar **instrumentos de financiamento** para as diferentes fases do ciclo de vida dos projetos empresariais: ideias, start-ups, empresas early-stage, em expansão, etc..
- 16 Manter o **Fundo Municipal de apoio ao financiamento das start-ups e pequenas empresas** de Lisboa.
- 17 Expandir o "**Lisboa Empreende**" – projeto de proximidade que tem como objetivo responder às necessidades dos empreendedores que pretendem desenvolver pequenos negócios na cidade e que têm dificuldades no acesso ao financiamento. O "Lisboa Empreende" tem um conjunto de entidades parceiras que apoiam os promotores na estruturação da ideia, no desenvolvimento do plano de negócios, na obtenção de financiamento e na implementação do projeto.

5 GRANDES EIXOS PARA O GOVERNO DE LISBOA

- 18 Criar **bolsas de empreendedorismo** desburocratizadas para as start-ups com carácter global, recorrendo aos fundos do próximo Quadro de Fundos Comunitários.
- 19 Criar a primeira **plataforma de crowdfunding** dinamizada e apoiada por uma cidade capital, integrando-a no ecossistema empreendedor de Lisboa e estabelecendo parcerias com plataformas internacionais e do mundo lusófono, como o Brasil.
- 20 Criar os "**Lisboa Funding Days**", iniciativa que permita juntar ideias/projetos a investidores nacionais e estrangeiros.
- 21 Criar um **portal sobre financiamento e acesso a capital**, com a informação sobre as ferramentas e contactos de financiamento, garantido o acesso mais fácil e reduzindo a carga burocrática.
- 22 Propor **sistemas fiscais e de incentivos** que contribuam para tornar Lisboa um território cada vez mais atrativo para a criação de start-ups a uma escala internacional.
- 23 Alargar o **Balcão Único para as Empresas e Empreendedores de Lisboa**, reforçando e integrando as competências e serviços municipais, da administração central (AMA, IRN, IEFP, etc.) e de outras entidades públicas e privadas cuja presença neste balcão único constitua uma mais-valia para a iniciativa empresarial na cidade de Lisboa. O objetivo será ter um serviço 360° para tudo o que se relacione com empresas e negócios, oferecendo um serviço simples e rápido, num único local de atendimento físico e com uma aposta forte na vertente online, concentrando todos os pedidos num único processo. Este balcão será o ponto único de contacto dos cidadãos e das empresas, não apenas com os serviços municipais e da administração central, mas também com todo o ecossistema empreendedor que a CML tem vindo a dinamizar ao longo dos últimos dois anos.
- 24 Criar o **Conselho Municipal para a Competitividade de Lisboa**, destinado a impulsionar o crescimento económico e o emprego em Lisboa, no sentido de que o mesmo se sustente na participação ativa de um vasto leque de atores, os quais devem assumir um papel ativo na adoção de soluções para os diferentes desafios que a cidade enfrenta. Trata-se, na verdade, de **federar atores e vontades de todos os agentes económicos e sociais da cidade** para, sob a coordenação do município, levar a cabo a estratégia de desenvolvimento e crescimento económico de Lisboa. A implementação desta estratégia e das medidas concretas desenhadas para alavancar o crescimento da cidade será, assim, realizada com o apoio de uma rede de parceiros económicos e sociais os quais, agindo como "conectores" e "embaixadores" da cidade de Lisboa, serão atores fundamentais na atração de mais investimento, empresas e talento para a capital portuguesa.

Cidade da Inovação



Lisboa, enquanto **maior cidade universitária portuguesa** (que acolhe cerca de 40% do total dos estudantes ERASMUS que vêm para Portugal) e **maior centro de conhecimento e de investigação de excelência**, deve reforçar a inserção das suas instituições de investigação nas redes internacionais, reforçar o diálogo e transferência de conhecimentos para as atividades económicas, sociais, culturais e criativas, potenciando o reposicionamento competitivo da economia da cidade, em termos nacionais e internacionais.

Lisboa deve **promover a ligação da investigação ao tecido empresarial**, fomentando a inovação e facilitando o aprofundamento das relações entre os dois setores, nomeadamente através do estreitar das ligações entre as instituições de ensino superior e polos de investigação e as empresas.

**Internacionalizar
as instituições
de investigação e
promover a ligação
com as empresas.**

Como vamos tornar Lisboa uma CIDADE DA INOVAÇÃO:

- 1 Promover o projeto estruturante "**Lisboa cidade ERASMUS**", através da atração e fixação, não só de estudantes, mas também de investigadores, visando afirmar Lisboa enquanto centro de conhecimento e de investigação de excelência, através do reforço da inserção das suas instituições de investigação nas redes internacionais de investigação.
- 2 Articular esforços com diversas entidades, nomeadamente as instituições do ensino superior, no sentido de atrair para Lisboa uma colocalização do **Polo do Instituto Europeu de Tecnologia**, no âmbito de uma nova **Comunidade de Inovação e Conhecimento (CIC)**, nas áreas da inovação para uma vida saudável e o envelhecimento ativo, domínios altamente pertinentes do ponto de vista societal e da política pública.
- 3 Desenvolver uma **rede intermunicipal de trabalho** entre os estabelecimentos de ensino e centros de investigação de Lisboa e clusters industriais sediados em outros municípios e regiões.
- 4 Organizar anualmente o "**Fórum Empresas/Investigação**", evento colaborativo em que as universidades e o politécnico possam expor conhecimento que possa constituir inovação e ter desenvolvimento empresarial e as empresas apresentem questões que possam ser objeto de estudo e investigação.



Lisboa
Cidade
ERASMUS

Cidade Aberta às Empresas



A articulação da investigação, inovação, criatividade e empregabilidade, passa necessariamente por **atrair para Lisboa empresas** do setor dos serviços prestados às empresas. O setor dos serviços prestados às empresas é fundamental na atividade económica da cidade, não só pelo elevado valor que aporta, mas também pelo seu contributo para o incremento da produtividade, competitividade e melhoria da qualidade de vida da população. **Serviços inovadores, tecnologicamente avançados e amigos do utilizador**, fomentam a transferência e divulgação de novos conhecimentos e são fonte direta de inovação para outros setores e para a criação de riqueza.

O PDM estabeleceu um conjunto de posições para **novas centralidades** localizadas nos nós da rede ferroviária com o metropolitano e em pontos relevantes de entradas na cidade a partir dos concelhos limítrofes. Com o novo PDM foram definidas **zonas estratégicas da cidade em que o potencial de construção é mais elevado** e, obrigatoriamente, mais de 60% da superfície de pavimentos que vier a ser construída será destinada a serviços. Com esta medida alargou-se o CBD (Central Business District), potenciando a fixação de serviços às empresas (banca e outros serviços financeiros, telecomunicações, sedes de empresas de grande distribuição e outros), indispensáveis para afirmar Lisboa como uma capital moderna.

Como vamos tornar Lisboa uma CIDADE ABERTA ÀS EMPRESAS:

Desenvolver três áreas principais de instalação de atividades económicas:

- 1 Na **Av. Marechal Gomes da Costa**, reforçando as funções já hoje instaladas e aproveitando as estruturas edificadas existentes.
- 2 Em **Marvila**, em torno do futuro Hospital de Todos os Santos, deverão ser aproveitadas as sinergias geradas pela instalação do hospital (e da Faculdade de Medicina da Universidade Nova), nomeadamente ao nível de centros de investigação e produção nas indústrias ligadas à saúde, aproveitando o espaço disponível.
- 3 Junto ao **LISPOLIS/IAPMEI**, pretende-se alargar a disponibilidade de espaço para prosseguir as dinâmicas geradas nestes dois polos, criando o Campus Tecnológico da cidade, capaz de: **captar empresas-âncora** geradoras de sinergias e atuar como fator gerador de emprego e de agregação de empresas em áreas tecnológicas avançadas; **criar uma "Zona Económica Verde"** com incentivos e estímulos à inovação em setores emergentes e com um forte enfoque no domínio da sustentabilidade; constituir-se como uma **"zona de teste" para projetos estratégicos** para a cidade, integrando tecnologia e inovação ao serviço da gestão dos recursos urbanos e de soluções eficientes.

Cidade de Comércio



A **política de promoção do comércio** na cidade irá ser continuada, criando condições para a consolidação das atividades existentes e atração de novas atividades e empresas.

O comércio é uma atividade económica relevante para a cidade, não só do ponto de vista da **empregabilidade**, mas também da **dinamização da malha económica e social de diferentes áreas**, pelo que é fundamental dotá-lo de instrumentos que permitam contrariar a atual tendência de contração, através da qualificação, diversificação, modernização e reforço dos laços de proximidade com a população local.

Como vamos tornar Lisboa uma CIDADE DE COMÉRCIO:

- 1 Desenvolver e ampliar a Campanha "**Lisbon Shopping Destination**", reforçando o papel de Lisboa como porta de entrada e acolhimento dos turistas de outros continentes.
- 2 Protocolar com as **Associações de Comerciantes** de diversas ruas e áreas comerciais parcerias para promoção das respetivas áreas e melhoria do ambiente urbano, nomeadamente através da qualificação do espaço público (passeios mais largos e confortáveis, esplanadas, publicidade, sinalética e mobiliário urbano), da regulação do estacionamento e da melhoria das condições para cargas e descargas.
- 3 Facilitar a instalação de **novos estabelecimentos de comércio tradicional** na zona histórica, através da normativa dos respetivos planos de pormenor de salvaguarda.

A par do comércio tradicional e independente, deverá ser dada especial atenção à salvaguarda das **lojas históricas de Lisboa**, enquanto património e elemento diferenciador da cidade que, estando algumas vezes associadas a atividades de manufatura, devem ser preservadas e apropriadas pelas novas gerações para que persistam como marcas de afirmação da cidade.



Como vamos valorizar as lojas históricas como um PATRIMÓNIO CULTURAL DA CIDADE:

- 1 Fazer a inventariação e inclusão na **Carta Municipal do Património**.
- 2 Garantir a **defesa da imagem**, através da salvaguarda do espaço arquitetónico, decoração e mobiliário fixo e móvel.
- 3 Atribuir **prémios e distinções**.
- 4 Incentivar a **defesa do ramo e a especialização** através de programas de aprendizagem.
- 5 **Reduzir o IMI do senhorio**, desde que a renda não ultrapasse um valor máximo fixado a partir do valor patrimonial do prédio, com regras a fixar em regulamento municipal.

A consolidação das **áreas de comércio e serviços de proximidade** já existentes, a par das dinâmicas decorrentes do novo PDM, promoverão novas dinâmicas comerciais, fundamentais para a economia da cidade.

Nos bairros municipais ou BIP/ZIP será desenvolvido o programa **Loja no Bairro**, para suprir lacunas, dar nova vida a espaços municipais devolutos, criar oportunidades de emprego e apoiar a requalificação económica e social desses bairros.

Relativamente aos **mercados municipais**, será prosseguida a estratégia de modernização e valorização, incentivando a inovação, concessionando os lugares disponíveis e promovendo campanhas de publicidade.

Será revista a **Tabela de Preços** por forma a incentivar o uso dos espaços comerciais municipais e a plena ocupação dos lugares nos mercados municipais, tendo em conta o contexto de crise e o agravamento das rendas comerciais ao abrigo da nova lei das rendas.

Lisboa Inclusiva

Direito à Habitação

Direito à Educação

Direitos Sociais

Direito à Saúde, ao Desporto e ao Bem-Estar

Cidade Solidária, Intergeracional e Coesa



Direito à Habitação



Lisboa deixou há muito de ser, em muitas das suas zonas, uma “**cidade de inquilinos**”, transformando-se aos poucos numa “**cidade de proprietários**” ou, melhor dizendo, de detentores de empréstimos bancários. A globalização financeira acentuou a concentração do capital imobiliário, que se foi afastando cada vez mais do arrendamento. O chamado “congelamento” das rendas antigas contribuiu para agravar as disfunções do mercado de arrendamento, com escassez da oferta e hiperinflação dos preços. Entretanto, o número de casas vazias subiu de 40.000 para 50.000 em dez anos, segundo o INE, embora os dados municipais relativos aos fogos considerados “devolutos” para efeitos fiscais sejam substancialmente inferiores.

É sobre o universo de arrendamentos anteriores a 1990 que recai o maior impacto da lei 31/2012, de 31 de agosto, que veio **liberalizar as rendas antigas**. Muitas famílias até agora solventes vêem-se inesperadamente incapazes de fazer frente a todas as suas despesas permanentes. Acresce que o pequeno comércio, cuja manutenção e revitalização é fundamental, está a ser duramente atingido pela aplicação da nova lei, o mesmo sucedendo com os arrendamentos destinados a sedes de coletividades e associações nos mais diversos setores. Os mecanismos de proteção previstos são insuficientes e a falta de resposta efetiva à aflição de milhares de arrendatários, maioritariamente idosos, está a criar em Lisboa um grande sentimento de instabilidade.

Enquanto isso, os valores da oferta no mercado de arrendamento em Lisboa continuam inflacionados. Embora o paradigma de acesso à habitação esteja em profunda alteração, **substituindo-se a casa própria por casa arrendada**, a verdade é que muitas famílias com créditos em curso se viram repentinamente incapazes de fazer frente aos seus encargos, dado o empobrecimento generalizado que as medidas de austeridade e o colapso económico geraram em Portugal.

Depois do tempo dos realojamentos massivos no final do século XX, com os programas PIMP e PER, o mandato de 2009–2013 foi um mandato de transição para mudar a política de habitação em Lisboa. O **Programa Local de Habitação** constituiu a base dessa alteração. A política municipal de habitação deixou de ser exclusivamente concentrada no património habitacional municipal para se estender a toda a cidade, em especial às zonas



e bairros mais vulneráveis, os chamados BIP/ZIP (bairros e zonas de intervenção prioritária), abrangendo todos os agentes e procurando dar resposta às novas necessidades e prioridades, através de um conjunto alargado de novos programas e novas regras.

Mas há ainda muito por fazer. As **carências habitacionais atuais** não atingem apenas as camadas idosas vulneráveis, os jovens precários ou os imigrantes sem apoio; estendem-se à classe média, que é essencial para a coesão e identidade de Lisboa.

A habitação, além de ser um direito, pode e deve ser um **motor de retoma económica, de coesão e de inovação social**. Terá para isso de estar no coração das novas estratégias municipais na capital.

Nos próximos anos, os **grandes desígnios da política municipal de habitação** deverão incidir:

- No reforço da coesão territorial da cidade.
- Na promoção efetiva de um mercado de arrendamento com rendas acessíveis, dirigido às famílias jovens e não só.
- Na dinamização da reabilitação urbana e reforço do papel do município na regulação do mercado de habitação.
- Na gestão sustentável do património habitacional municipal.
- Na requalificação dos bairros municipais e na melhoria de todo o "habitat" da cidade, incluindo a mobilidade, o acesso aos equipamentos, serviços e espaços públicos e a um ambiente urbano mais saudável.

Algumas **alterações legais deverão ser defendidas pela cidade de Lisboa na área da habitação**, como a revogação da lei das rendas, a revisão da lei da renda apoiada e a revisão do regime jurídico da reabilitação urbana, nomeadamente, instituindo a obrigatoriedade de todos os proprietários institucionais, banca ou fundos imobiliários disponibilizarem 25% do stock de habitações disponíveis para arrendamento acessível.

Participação, proximidade e transparência são as regras de jogo inerentes a todas estas transformações.



Como vamos garantir o DIREITO À HABITAÇÃO:

- 1 Criação de uma **bolsa de fogos de renda acessível em cada freguesia**, que inclua os fogos municipais disponíveis e os fogos privados devolutos habitáveis cujos proprietários pretendam usufruir dos incentivos fiscais e urbanísticos visando o arrendamento acessível.
- 2 Concretização do **subsídio municipal ao arrendamento**.
- 3 Defesa do **seguro de renda** a criar a nível nacional.
- 4 Fornecimento de **internet de banda larga gratuita** à população de bairros municipais ou carenciados, estendendo a experiência em curso no eco-bairro da Boavista.
- 5 Identificação sistemática das **carências habitacionais**, com o apoio das Juntas de Freguesia, e aprofundamento das medidas de apoio de emergência, nomeadamente o Fundo de Emergência Social – agregados familiares.
- 6 Verificação sistemática da **ocupação dos fogos municipais**, com base nos novos regulamentos municipais na área da habitação, combatendo abusos e garantindo que as casas municipais são para quem precisa.
- 7 Incentivo a modalidades de **co-governo em bairros em processo de requalificação profunda**, com a participação das freguesias e das organizações locais de moradores.
- 8 Aprofundamento do **programa BIP/ZIP**, quer a nível das pequenas intervenções de

5 GRANDES EIXOS PARA O GOVERNO DE LISBOA

parcerias locais, quer através de iniciativas de desenvolvimento local com financiamento comunitário e municipal.

- 9 Atualização do **Programa Integrado de Gestão e Requalificação dos Bairros Municipais**, dando cumprimento às prioridades de intervenção nele previstas.
- 10 Alienação faseada dos **fogos municipais aos moradores em bairros municipais**, nos termos previstos no regulamento municipal, por forma a garantir a sustentabilidade da gestão do património habitacional municipal, mas sem pôr em causa a necessidade de uma expressiva bolsa permanente de fogos municipais de arrendamento social.
- 11 **Reinvestimento das verbas provenientes da alienação de fogos municipais** em habitação e reabilitação do património habitacional municipal.
- 12 Construção faseada de **1.000 fogos de habitação municipal** para substituir as chamadas "zonas de alvenaria" nos bairros municipais Padre Cruz e Boavista e conclusão dos processos de requalificação em curso.
- 13 Requalificação das **Torres do Alto da Eira**, concluindo um processo participativo e original de reabilitação urbana.
- 14 Revisão do Programa **Acupuntura Urbana**, destinado a pequenas intervenções em fogos privados em casos previamente identificados.
- 15 Regularização cadastral e urbanística dos bairros **ex-SAAL** em Lisboa, com participação dos moradores e apoio do município.

Quanto à **GEBALIS**, empresa municipal cujos estatutos foram recentemente alterados, deve recentrar a sua missão na **gestão de proximidade do arrendamento habitacional municipal nos bairros municipais**, sem prejuízo de continuar a ser um parceiro essencial na coesão social desses territórios, contrariando a criação de guetos nas áreas de realojamento de população carenciada.

Ao nível do envolvimento dos DIVERSOS AGENTES DO SETOR destacamos:

- A valorização do **Conselho Municipal de Habitação** como instância consultiva transversal do setor da habitação em Lisboa.
- A revisão dos **Protocolos com a Federação Nacional das Cooperativas de Habitação Económica**, substituindo a promoção de construção nova pela reabilitação e apoiando cooperativas de inquilinato.
- O reforço do **diálogo com as associações de moradores** e apoio às suas dinâmicas organizativas, nomeadamente através da **FAMALIS** – Federação das Associações de Moradores da Área Metropolitana de Lisboa.
- O apoio a **soluções de habitação de transição**, no quadro do **Plano de Desenvolvimento Social da Rede Social de Lisboa**, tendo em vista situações de emergência social ou violência doméstica.

Direito à Educação



Lisboa tem de ser protagonista dos **esforços de recuperação dos défices de qualificação** que a população portuguesa ainda possui; de **diversificação das ofertas formativas** e da construção de uma dinâmica forte entre as escolas básicas e secundárias, as instituições de ensino superior, as indústrias criativas, as instituições culturais e a modernização económica.

A educação tem um **papel chave no desenvolvimento pessoal e coletivo**, na **construção de uma sociedade coesa e solidária**. Uma cidade educativa é, não só a escola, mas também a comunidade que nos envolve. A aposta na educação significa uma melhoria das qualificações, da formação complementar à redução do insucesso escolar, da redução do abandono escolar à qualificação de adultos, crucial elemento de inclusão e fundamental para o aumento da competitividade da economia de Lisboa. Uma aposta na educação é **levar a cidade até à escola e a escola à cidade**.

A aposta na educação significa, também, uma **aposta forte na atração de jovens**, sobretudo jovens casais, à cidade. Mais e melhores condições na educação são vantagens que a cidade pode oferecer a quem opte por nela viver.

Como vamos garantir o DIREITO À EDUCAÇÃO:

- 1 Concluir o **Programa "Escola Nova"**, com um investimento de 22M€ em reabilitação de escolas existentes e 17 M€ na construção de 9 novas escolas.
- 2 Alargar o **Programa de transporte escolar "Alfacinhas"** e dinamizar os Programas **"Passaporte Escolar"** e **"Natação Curricular"**.
- 3 Desenvolver os programas de **ensino artístico**.
- 4 Negociar com o Ministério da Educação a **descentralização para o município das escolas do 2º ciclo**.
- 5 Manter a oferta das **atividades extracurriculares**, ampliando-a a objetivos estratégicos como cidadania, participação e capacitação.
- 6 **Combater o abandono escolar** com a promoção de programas complementares ao ensino básico obrigatório, nomeadamente através da oferta de programas extracurriculares em áreas distintivas – como artística, cidadania, profissionalizante – vocacionados para públicos específicos, em articulação com o Ministério da Educação e outras entidades.
- 7 Lançar um **programa de qualificação para adultos** com o objetivo de diminuir os défices de qualificação preexistentes (nomeadamente analfabetismo) e apoiar a integração da população imigrante, adaptado às necessidades e disponibilizado através dos meios de agregação das comunidades – associações, escolas do 1º ciclo, comunidades religiosas, etc..
- 8 Dinamizar **programas de voluntariado para a colaboração com as escolas**. Alargar no âmbito escolar as frentes de intervenção social capacitantes, articulando as dimensões escolar e familiar (alimentação, saúde, material escolar, habitação, transporte, segurança, etc.).
- 9 **Articular com as Juntas de Freguesia** o desenvolvimento e implementação dos programas relacionados com educação.
- 10 Desenvolver **atividades que promovam a integração entre os centros escolares, as famílias e a comunidade**, aproximando a vida da comunidade aos centros escolares, fomentado a cultura democrática e participativa, nomeadamente o Orçamento Participativo Escolar.

Direitos Sociais

Todos sejam tratados com igualdade.



A democracia é indissociável dos direitos sociais. Apesar de não ser competência exclusiva do município assegurá-los, devemos ambicionar que todos os cidadãos tenham a capacidade de os procurar e exigir, que todos sejam tratados com igualdade. Para isto são necessárias **políticas públicas municipais que promovam o acesso efetivo aos direitos sociais** e a satisfação das necessidades dos que vivem em situações difíceis, que invertam ciclos de pobreza e desigualdade, solucionem vulnerabilidades e combatam a discriminação. Uma ação focada na eliminação das causas e na prevenção dos fatores de risco, que estão na origem das situações de exclusão e discriminação.

As respostas sociais que a cidade pode prestar ultrapassam em muito a capacidade do município. Daí a importância da **Rede Social de Lisboa**, a maior do país, com mais de **330 membros**, incluindo a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, a Segurança Social, IPSS, freguesias, associações e entidades públicas e privadas. A Rede Social de Lisboa deverá ser cada vez mais dinamizada pelo município e restantes parceiros, pois só assim poderemos construir maior coesão social na cidade e potenciar todos os recursos disponíveis, incluindo o voluntariado e a energia social das organizações.

Como vamos garantir os DIREITOS SOCIAIS:

- 1 **Combater as situações de risco social**, estruturando respostas adequadas às diversas faixas etárias da população – infância, juventude, idosos – assim como às famílias.
- 2 Consolidar uma **resposta a situações de risco por solidão**, em articulação com a linha municipal de emergência “**S.Ó.S**” o Programa “**Ajuda Lisboa**” e em parceria com outras instituições da cidade.
- 3 Estabelecer **linhas de resposta às situações de emergência**, articulando ação social, proteção civil e polícia municipal.
- 4 Implementar o **Plano para Integração à Pessoa Sem-Abrigo**, conforme definido na Estratégia Lisboa-Europa 2020 (e aprovado pela Rede Social de Lisboa), nomeadamente colocando em funcionamento a Unidade de Atendimento para a Pessoa Sem-Abrigo e o Núcleo de Planeamento da Intervenção das Pessoas Sem-Abrigo, a ser sediado em edifício municipal, bem como o apoio à criação e funcionamento de Núcleos de Apoio Local a pessoas com carência em diversas zonas da cidade.
- 5 Promover, apoiar e participar em programas ou iniciativas que visem a **defesa dos direitos das pessoas com deficiência**.
- 6 Promover, apoiar e participar em programas ou iniciativas de **integração das comunidades imigrantes, minorias étnicas, culturais e religiosas**.
- 7 Promover, apoiar e participar em programas ou iniciativas de **defesa da igualdade de género**.
- 8 Promover a **capacitação dos serviços municipais** para as questões dos direitos sociais, inclusão, coesão e solidariedade, através de programas de formação contínua, de natureza genérica e vocacionados para áreas de trabalho específicas.
- 9 **Melhorar e articular a rede de transporte social** já existente, promovida pelo município, Juntas de Freguesia e organizações, tendo como públicos prioritários as crianças, idosos e pessoas com deficiência.
- 10 Implementar um **modelo de gestão integrada de equipamentos sociais, de saúde, desporto e outros**, permitindo uma maior oferta e partilha de equipamentos por todos os parceiros sociais da cidade.
- 11 Manter e desenvolver o **Fundo de Emergência Social**, quer na vertente de apoio às IPSS, quer na vertente de apoio às famílias, através das freguesias.
- 12 Rever o **Regulamento de Atribuição de Apoios do Município de Lisboa**, no sentido de maior celeridade entre a candidatura das entidades e a resposta municipal, bem como de maior transparência nos critérios de atribuição.

Direito à Saúde, ao Desporto e ao Bem-Estar



A saúde assume uma **importância central na qualidade de vida urbana**. Fatores como o stress, devido a ritmos de exigência e desgaste, bem como as alterações ambientais e climáticas, apresentam desafios urbanos que precisam de ser encarados, para contarmos com uma **cidade saudável** e evitarmos significativas taxas de morbilidade.

A cidade saudável deve garantir a **promoção de estilos de vida saudável** e ter uma agenda pró-ativa de **políticas de prevenção e promoção de cuidados primários** regulares dirigidos a todos, mas com especial incidência nos grupos etários mais vulneráveis, como crianças e idosos.

Esta nova agenda de promoção da qualidade de vida precisa de contar com um **trabalho em rede**, que não envolva só os vários agentes de saúde da cidade e que garanta a todas as pessoas mais e melhores condições de saúde.

**Promover um
estilo de vida
saudável,
sobretudo para
crianças e idosos.**

Como vamos garantir o DIREITO À SAÚDE:

- 1 Elaborar o **Perfil Municipal de Saúde** (em curso) e o **Plano Municipal de Saúde** e implementar as medidas neles preconizadas.
- 2 Apoiar e fomentar a criação de uma **Rede de Cuidados Continuados** em colaboração com o Ministério da Saúde.
- 3 Apoiar a criação de uma **rede de residências assistidas**, mobilizando o Ministério da Solidariedade e da Segurança Social para essa necessidade premente, apoiando iniciativas de outras instituições e propondo novos modelos de proximidade, envolvendo os próprios e terceiros interessados nesta problemática.
- 4 Aperfeiçoar e aumentar a **distribuição gratuita de equipamentos de teleassistência** a pessoas isoladas, doentes e/ou acamadas.
- 5 Apoiar iniciativas e participar em programas de **aproveitamento dos excedentes alimentares** (transformados ou de produção) para solucionar problemas de carência alimentar.
- 6 Dinamizar a **Carta Social Georreferenciada**, que refletirá as dinâmicas sociais de organizações e cidadãos, como instrumento de apoio acessível aos cidadãos através de suportes informáticos e smartphones.
- 7 Dinamizar os **Conselhos de Comunidade dos Agrupamentos de Centros de Saúde e Cuidados de Proximidade**.

Apoiar a criação de uma
rede de residências
assistidas.

O **desporto** é uma componente quotidiana da vida das pessoas, como expressão de **qualidade de vida, desenvolvimento e bem-estar**. Queremos universalizar a prática desportiva colocando-a ao serviço das pessoas, do seu desenvolvimento pessoal e social, nomeadamente promovendo a componente desportiva enquanto escola de vida e veículo educativo e formativo.

Como vamos garantir o DIREITO AO DESPORTO:

- 1 Atualizar a **Carta Desportiva de Lisboa**, adequando-a aos desafios resultantes da nova estrutura territorial e administrativa da cidade de Lisboa, às orientações e ambições da estratégia Lisboa 2020 e às oportunidades decorrentes dos programas europeus de estímulo a políticas de promoção da atividade física e de hábitos de vida saudáveis nas cidades.
- 2 Dinamizar com a rede escolar, movimento associativo e agentes desportivos a criação de uma rede de parceiros para **trabalhar de forma colaborativa numa visão comum para o desporto em Lisboa**, valorizando o seu conhecimento, experiência e envolvimento efetivo para orientar as direções futuras das políticas municipais em matéria de desporto e de promoção do envelhecimento ativo e de estilos de vida saudáveis em Lisboa.



- 3 Colocar Lisboa no **ranking mundial das cidades desportivas**, continuando a investir no desenvolvimento de uma cultura desportiva eclética e de dinâmica permanente e estimulando a organização de grandes eventos internacionais em Lisboa, nomeadamente a Tall Ships e a Volvo Ocean Race.
- 4 Promover o desporto e o associativismo para **reforçar o sentimento de identidade e de pertença dos cidadãos às novas freguesias de Lisboa** e possibilitar a organização colaborativa e concertada de iniciativas inter-freguesias, nomeadamente através de medidas ou programas, como por exemplo:
 - **"Olispiadas"** – uma iniciativa anual que promova a competição desportiva amadora entre municípios representando seleções das 24 novas freguesias da cidade, de forma a estimular a identidade e sentido de pertença por parte das respetivas populações.
 - **Programa "Bem-vindo à Freguesia"** – atividades de intercâmbio que permitam receber nas suas instituições e locais mais simbólicos visitas organizadas de grupos de residentes moradores em outras freguesias.
 - **"Corridas das Freguesias"** – aproveitar a tendência crescente para a prática do running e do tour biking ao fim de semana para criar um conjunto de corridas-etapas inter-freguesias ao longo do ano (por exemplo, de Belém a Benfica, de Marvila a Santa Maria Maior).
- 5 Dinamizar a **prática desportiva no rio Tejo**, facilitando a experimentação, a prática de desportos náuticos e a organização de iniciativas desportivas no rio, retomando a vocação marítima da cidade e permitindo uma maior visibilidade e fruição da sua recente despoluição e dos investimentos municipais efetuados na zona ribeirinha.
- 6 Em paralelo, continuar a estimular a **utilização regular dos vários parques verdes da cidade** para a prática de atividade física, lúdica e associativa, através da instalação de equipamentos e da dinamização de atividades que motivem a respetiva procura pelos municípios de todas as idades (por exemplo, o Programa Lisboa vai ao Parque).
- 7 Recuperar para a cidade e garantir a rentabilização e utilização plena de **importantes e simbólicos equipamentos desportivos municipais da cidade**, como são os casos do complexo desportivo dos Olivais ou as piscinas do Areeiro e do Campo Grande, mas também do pavilhão Carlos Lopes.
- 8 Continuar a investir na **requalificação e instalação de novos equipamentos desportivos** da cidade, tendo como eixos de orientação prioritários a diminuição das assimetrias territoriais, a adequação da oferta à respetiva realidade económica e demográfica, as novas tendências desportivas e a existência de parcerias ou de programas que possam diminuir o esforço de investimento e assegurar respetiva sustentabilidade futura.

Cidade Solidária, Intergeneracional e Coesa



**Promover uma
cidade coesa
e solidária,
sobretudo com
os idosos.**

A nossa política de cidade tem no centro das suas preocupações uma cidade solidária, intergeracional e coesa. A coesão urbana está no cerne do projeto de modernização e inovação da cidade e é uma condição essencial para a sua sustentabilidade – social, económica, ambiental e governativa. Uma **cidade coesa** proporciona **mais oportunidades para os seus cidadãos**, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida; mas também **solidária e intergeracional**, onde o **contributo de todos é importante para o benefício dos demais**.

Especial atenção será dada à **população sénior**, que representa cerca de um quarto dos lisboetas. Persistem na geração sénior, também ela em mudança, défices de participação nas dimensões económicas, culturais e sociais, bem como na esfera cívica e política, diminuindo a capacidade desta camada etária para influenciar as políticas públicas. Consideramos que este setor da população deve ser encarado como um **recurso importante da cidade**, dado em muitos casos o seu elevado grau de qualificação e a sua disponibilidade de tempo.



A população sénior é muitas vezes discriminada em razão da idade, desfavorecida, desprotegida e excluída, especialmente porque dispõe, em geral, de baixos recursos, o que a torna dependente do custo de acesso a habitação, saúde e transportes. Daí que deva ser dada **oportunidade à população sénior de prolongar voluntariamente a sua vida ativa**, seja através do voluntariado, seja através de atividades que proporcionem rendimento, participando ativamente na construção da resposta aos desafios da cidade.

A **melhoria da qualidade de vida da população sénior** passa, necessariamente, pelo combate ao isolamento, por dispor de habitação adequada, melhor acesso aos serviços de saúde, maior apoio domiciliário, transportes mais acessíveis e acesso ao conhecimento, cultura e lazer (promoção de academias seniores e turismo de lazer, por exemplo).

Programas como o **"Ajuda Lisboa"**, a operação **"S.O.S."**, o **"Envelhecimento Ativo e Saudável"**, o **"Praia Campo Sénior"**, o **"Cartão do Idoso"** e o **subsídio municipal de transporte**, visando repor, através de verbas municipais, o apoio social ao passe do idoso cortado por decisão governamental, são exemplo de medidas a prosseguir e aprofundar, bem como toda a reforma da mobilidade pedonal definida pelo Plano de Acessibilidade Pedonal de Lisboa.

Como vamos tornar Lisboa uma cidade SOLIDÁRIA, INTERGERACIONAL E COESA:

- 1 Implementar um **balcão para a parceria social**, de atendimento de organizações que trabalham no âmbito dos direitos sociais, cujo objetivo seja facilitar o trabalho destas na cidade e a sua interação com o município.
- 2 Participar e **apoiar o funcionamento da Rede Social de Lisboa**, nomeadamente através da intervenção aos seus diversos níveis (Mesa do Conselho Local de Ação Social, Coordenação Executiva do PDS, Núcleos Executivos e diversos Grupos de trabalho); fomentar e apoiar a instalação ou funcionamento das **Comissões Sociais de Freguesia**; contribuir para a implementação do **Plano de Desenvolvimento Social 2013–2015**; participar na atualização do **Diagnóstico Social** e na preparação do **Plano de Desenvolvimento Social 2016–2018**.
- 3 Aprofundar o funcionamento regular dos **Conselhos Municipais na área dos Direitos Sociais, Educação, Interculturalidade e Cidadania, Habitação, Juventude, Desporto e Igualdade** para auscultação dos atores das diversas áreas, apresentação e debate das políticas e planos de atividades propostas pelo município nas diversas áreas e apoio a iniciativas públicas promovidas por estes conselhos.
- 4 Avaliar o contributo de Lisboa para o cumprimento da **Declaração do Milénio**, estabelecer uma agenda de ações a implementar para cumprir os **8 Objetivos de 2015**: redução da pobreza; ensino básico universal; igualdade entre os sexos e a autonomia; reduzir a mortalidade na infância; melhorar a saúde materna; combater o HIV, a malária e outras doenças; garantir a sustentabilidade ambiental; estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.
- 5 Criar um **programa de voluntariado para apoio aos cuidadores**, facilitando a vida a pessoas que cuidam de outros, de forma a libertá-los algumas horas por semana e, pelo menos, uma semana por ano, para terem mais tempo para si e, assim, mais disponibilidade para os outros.
- 6 Apoiar as **academias seniores** e desafιά-las a contribuir para uma comunidade mais solidária, participando em programas de voluntariado e promovendo iniciativas de âmbito social e educativo abertas à comunidade.
- 7 Promover a transformação progressiva dos Centros de Dia em **Centros Comunitários de Desenvolvimento Social**, juntando recursos, criando sinergias e desenvolvendo mais atividades com o mesmo dinheiro.
- 8 Promover a **Incubadora Social de Lisboa**, já criada, como consolidação do Cluster de Empreendedorismo Social e em parceria com diversas entidades, como etapa importante de um programa de Economia Social e Empreendedorismo Inclusivo.

Lisboa Sustentável

Cidade Reabilitada e Reabitada

Cidade com Espaço Público Amigável

Cidade Ecológica

Cidade Acessível para Todos



Cidade Reabilitada e Reabitada



**Requalificar
o espaço urbano
para atrair pessoas
e empresas.**

Uma cidade que pretende **atrair mais pessoas e empresas**, que pretende ter um **espaço urbano qualificado** e **melhorar as condições de vida da população** não pode, nem deve, desperdiçar o investimento realizado ao longo dos anos por famílias, empresas, município e Estado, deixando-o ao abandono e a degradar-se.

A **utilidade social do edificado** só se realiza se este estiver em condições de fruição digna, quer se trate de edificado público ou privado.

Novos equilíbrios têm de ser encontrados, permitindo **salvaguardar os direitos sociais** que a Constituição da República Portuguesa consagra, em especial o **acesso à habitação a preços comportáveis**, não só para os estratos sociais carenciados, mas também para a classe média.

Apesar de em 40 anos Lisboa ter perdido mais de 1/3 dos seus residentes, o último recenseamento (2011) mostra que esta tendência se está a inverter. Na última década, pela primeira vez em 40 anos, **o número de famílias a residir em Lisboa aumentou**.

Paralelamente, nestes últimos 40 anos, a cidade expandiu-se, **esgotando o território municipal urbanizável**.

5 GRANDES EIXOS PARA O GOVERNO DE LISBOA

Assim, neste momento o **grande desafio que se coloca** é decidir:

- Como intervir na cidade existente para **reutilizar** o que está vago e obsoleto.
- Como **reabilitar** as habitações, os equipamentos coletivos e o espaço público degradados.
- Como **regenerar** as zonas da cidade que, por razões de degradação física, funcional ou ambiental entraram numa espiral de declínio económico e social, tornando-se refúgio das populações mais frágeis e marginalizadas.

O **PDM** foi concebido para atender a este **novo paradigma de intervenção**, que tem por objetivo central fixar mais pessoas e mais emprego, apostando na reabilitação dos espaços devolutos subaproveitados, na disponibilização de mais espaços para a instalação de atividades produtivas, de serviços e comércio e na requalificação e regeneração urbana para ter melhor cidade.

A reabilitação do edificado residencial e equipamentos coletivos, bem como do espaço público, é uma prioridade expressa na **Estratégia de Reabilitação Urbana de Lisboa 2012/24** (ERU), aprovada pela Assembleia Municipal.

Nesta estratégia é bem clara a **responsabilidade dos vários atores**:

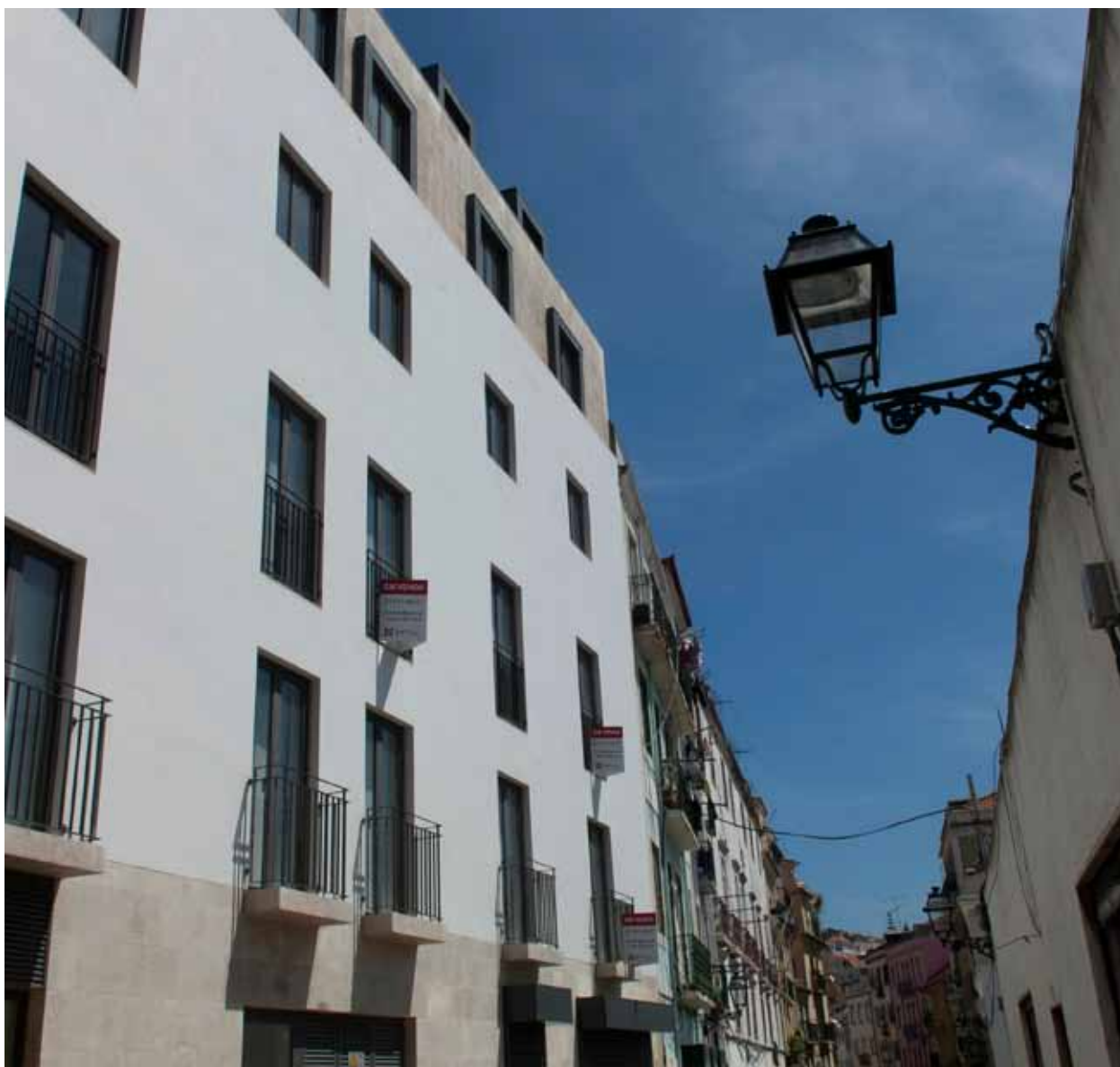
- Dos **proprietários** dos edifícios residenciais, na sua larga maioria pertença de privados;
- Do **município**, responsável pela manutenção do parque habitacional municipal, pelos equipamentos coletivos municipais e pelo espaço público;
- Do **Governo**, a quem cabe o enquadramento legal da reabilitação e do arrendamento urbano e a criação de condições de acesso ao crédito.

Como vamos garantir uma CIDADE REABILITADA E REABITADA:

- 1 Promover uma grande **campanha de sensibilização sobre as vantagens da reabilitação**, divulgando os benefícios fiscais, as isenções de taxas municipais, as simplificações adotadas ao nível de licenciamento através da Via Rápida para a Reabilitação e divulgando casos de sucesso em Lisboa.
- 2 Prosseguir com a **penalização em sede de IMI dos edifícios devolutos**, como forma de pressão para a sua recuperação.
- 3 Lançar o **Programa "RE9"** destinado a pequenas intervenções em frações ou edifícios, assegurando apoio técnico municipal através da loja da reabilitação e mobilizando ordens profissionais, empresas de materiais de construção e instituições financeiras.
- 4 Instituir as **Inspeções Técnicas de Edifícios** (ITE), um certificado das condições de segurança, nomeadamente quanto ao risco sísmico e de incêndio, de conforto e valores patrimoniais a salvaguardar em caso de obras a efetuar.



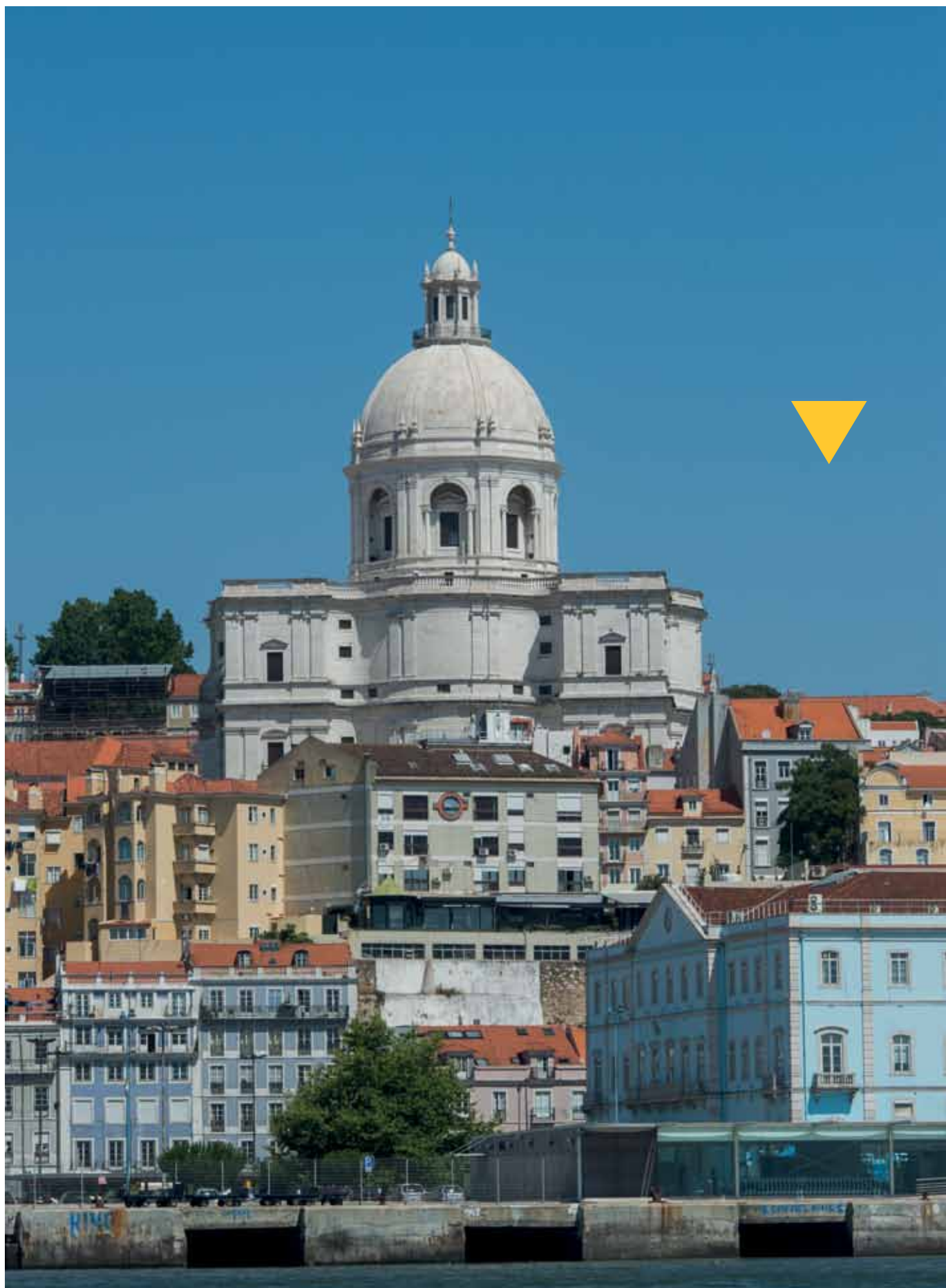
Apostar na
reabilitação
urbana.



- 5 Lançar o **Programa "Re-Habita Lisboa"** dirigido a edifícios privados devolutos e em ruínas há longos anos em locais estratégicos da cidade, em que o município, utilizando o mecanismo das obras coercivas, se substitui ao proprietário, procede à reconstrução do imóvel e coloca-o no mercado de arrendamento até se ressarcir do investimento realizado, devolvendo-os então ao proprietário. Este programa poderá ainda ser convencionado com o proprietário caso este adira voluntariamente.
- 6 Desenvolver um programa destinado à **instalação de elevadores em edifícios habitacionais**, com exigências técnicas adaptadas às condições específicas dos edifícios construídos antes de 1950, em que a instalação da coluna de elevadores contribua para a redução do risco sísmico.
- 7 Promover um **programa de apoio ao reforço dos fundos para obras de conservação dos condomínios** de edifícios em propriedade horizontal, com condições de crédito favoráveis negociadas através do município, que promovam a atenuação do risco sísmico, a eficiência energética e o isolamento acústico.

- 8 Promover a candidatura aos fundos comunitários no âmbito do próximo **Quadro Comunitário de Apoio 2014–2020**, com o objetivo de obter um grande programa de financiamento à reabilitação de imóveis através da convergência dos objetivos de redução do risco sísmico e aumento da eficiência energética designado RER. Este programa constituirá uma nova geração de programas participados tipo RECRIA, substituindo-se o subsídio a fundo perdido por um empréstimo reembolsável em condições favoráveis de custo e prazo.
- 9 Prosseguir com os **programas de valorização do património municipal devoluto**, nomeadamente o Programa "Reabilita Primeiro, Paga Depois".
- 10 Concluir os **Planos de Salvaguarda dos Bairros** da Madragoa, Bica, Bairro Alto, Mercês, Colina do Castelo incluindo Alfama, Castelo e Mouraria.
- 11 Transformar o **PUALZE** (Plano de Urbanização Avenida da Liberdade e Zona Envolvente) em Plano de Salvaguarda e elaborar o Plano de Salvaguarda das Avenidas Novas.
- 12 **Valorizar conjuntos urbanos notáveis construídos no século XX** na cidade, classificados no PDM, como o Bairro Azul, o Bairro das Colónias e o Bairro Lopes, através da elaboração dos instrumentos de gestão territorial adequados.
- 13 Dinamizar a execução do **Plano de Pormenor do Parque Mayer e Zonas Envolventes**, bem como as ligações pedonais ao longo das encostas da Avenida da Liberdade, organizando percursos entre o Largo do Carmo e o Parque Mayer ou entre o Largo de São Domingos e o Torel.
- 14 Proceder-se-á ao alargamento do **Plano de Salvaguarda da Baixa** a toda a área pombalina, incluindo o Chiado.
- 15 Propor a formalização da candidatura da **Baixa a Património da Humanidade**, na sequência do alargamento da área de intervenção do Plano de Salvaguarda da Baixa-Chiado e da conclusão dos projetos estruturantes realizados nos últimos anos.

Valorizar conjuntos
urbanos notáveis
construídos
no século XX.



Cidade com Espaço Público Amigável

No que toca às intervenções de reabilitação do espaço público selecionaram-se 3 eixos prioritários:

1. Arco Ribeirinho

- No **Arco Ribeirinho**, a frente da Baixa Pombalina e Alfama com a intervenção já projetada para o Cais do Sodré, Campo das Cebolas e Infante D. Henrique / Terminal de Cruzeiros / Santa Apolónia.
- O reperfilamento da **Av. 24 de Julho**, entre o Cais do Sodré, a Rocha Conde de Óbidos e o aterro de Santos.
- O parque **ribeirinho oriental** entre o Parque das Nações e o Poço do Bispo, na sequência do relançamento dos empreendimentos da Matinha e dos Jardins de Braço de Prata.
- Estudo cuidado exige toda a área de **Xabregas e Braço de Prata**, depositária de importante património edificado e industrial e com uma frente de rio particularmente desqualificada.
- Uma intervenção faseada na **zona monumental de Belém**, com intervenção entre o Museu da Eletricidade e Pedrouços.

2. Eixo Histórico da Cidade

- **No eixo histórico da cidade**, a Avenida Fontes Pereira de Melo, da República e o Campo Grande foram, nos últimos 40 anos, sacrificados à ditadura do automóvel. Por isso, impõe-se a requalificação do eixo histórico da cidade entre o Marquês de Pombal e o Campo Grande, com o aumento das áreas reservadas a peões e a bicicletas.
- Estas **intervenções serão faseadas**, obedecendo porém a um **projeto de conjunto** e visam humanizar o espaço público, tornando-o mais seguro e confortável e reduzir os níveis de poluição sonora e do ar e introduzir árvores e superfícies permeáveis.
- Requalificar a **Av. Almirante Reis** até ao Areeiro, dando seguimento às intervenções iniciadas no Martim Moniz, Rua da Palma e Intendente. As intervenções projetadas extravasam a simples intervenção na rodovia e nos passeios, mas visam valorizar o importante património edificado da primeira metade do século passado construído ao longo da avenida e nos quarteirões adjacentes.
- Executar o **jardim da Praça de Espanha** no quadriénio 2014/2017.





3. Bairros Históricos

- Nos bairros históricos, prosseguir com a **requalificação de ruas da Mouraria, do Castelo e Alfama**, executando o projeto dos percursos pedonais assistidos com recurso a meios mecânicos (elevadores, escadas rolantes ou funiculares) para vencer os declives mais acentuados.
- Complementam estas intervenções o programa **"Uma Praça em Cada Bairro"**, referido a propósito dos bairros, e o projeto cidade acessível a todos.
- Mas, para além do edificado, privado ou público, cuja reabilitação é urgente, uma atenção muito especial deve ser dada à **regeneração urbana**, em especial em territórios prioritários.
- Uma cidade moderna e com capacidade de internacionalização é uma cidade em que as oportunidades são iguais para todos, social e territorialmente coesa, e em que todas as **zonas urbanas são valorizadas plenamente**.
- O projeto de **regeneração dos Bairros e das Zonas de Intervenção Prioritária (BIP/ZIP)** tem vindo a contribuir para uma cidade mais coesa e qualificada através de ações integradas no edificado, no património, nos equipamentos e no espaço público, pelo que deverá ser continuado.

A ação de renovação urbana que propomos é uma **ação integrada** que promove **ações económicas de base local, apoia o empreendedorismo e os projetos de qualificação profissional** contribuindo, assim, para o aumento da empregabilidade nestas áreas da cidade. Trata-se de um trabalho integrado e em rede, envolvendo toda a comunidade e que contribui para uma cidadania participativa, para uma cidade viva e rica na sua diversidade.

Cidade Ecológica



A reabilitação e a regeneração estão intimamente ligadas à melhoria da **eficiência na utilização de recursos**, especialmente os energéticos, mas também deve ser dada atenção à utilização racional, eficiente e sustentável da água, quer do ponto de vista da população em geral, quer por parte do município, promovendo a reutilização da água quando esta é utilizada na rega ou nas fontes.

A melhoria da **gestão de resíduos** é também um ponto da nossa agenda, pelo que deverá continuar a incrementar-se o sistema de recolha seletiva porta a porta na maioria da cidade, encontrando-se uma solução mista e mais eficiente nos bairros históricos, bem como intensificar a compostagem nos espaços verdes.

Lisboa dispõe de um importante recurso natural cuja potencialidade deve explorar. Trata-se do seu potencial solar. Lisboa desenvolveu a **"Carta do Potencial Solar"**, inserida na Estratégia Energético Ambiental de Lisboa com um horizonte de execução 2010-2020 e que tem como objetivo promover o potencial solar térmico, designadamente para aquecimento das águas e a exploração de metodologias inovadoras de aproveitamento de sistemas micro produtores de energia no parque edificado através de tecnologias de energia renovável para redução das emissões de CO₂. A promoção da Carta Solar dará continuidade à estratégia da cidade em termos energéticos e ambientais, através de um amplo Programa de Aproveitamento do Potencial Solar da cidade, em particular no que respeita à produção descentralizada de energia.

**Melhorar
a eficiência
na utilização
dos recursos.**

Pretendemos uma **Lisboa mais eficiente e mais ecológica**. Uma cidade sustentável só pode ser melhor cidade se tiver um bom ambiente urbano e uma estrutura verde consolidada.

Como vamos tornar Lisboa uma CIDADE ECOLÓGICA:

- 1 Completar os denominados **Corredor Periférico**, **Corredor Oriental** (Parque da Bela Vista, Hortas de Chelas, Vale Fundão, Quinta das Flores), **Corredor Oriental dos Olivais** (Vale do Silêncio, Parque dos Olivais, Piscina dos Olivais e Quinta Conde d'Arcos) e **Corredor Ocidental** (Monsanto, Rio Seco e Junqueira).
- 2 Consolidar o **Corredor Gonçalo Ribeiro Telles** e iniciar o **Corredor do Vale de Alcântara** e a estruturação do **Corredor do Vale da Montanha / Vale Vistoso**.
- 3 Aprofundar e valorizar a **estrutura verde de proximidade** e respetivas ligações com espaços verdes de menor dimensão, nomeadamente na zona da Tapada das Necessidades, Parque Bensaúde, Mata Madre Deus, Campo Grande, Campo Santana e Jardim do Arco do Cego.
- 4 Apostar nos **Corredores da Encosta Nascente e Avenida da Liberdade**, bem como nos percursos das antigas **ribeiras do Regueirão dos Anjos e São Sebastião da Pedreira**.

Uma cidade sustentável só pode ser melhor cidade se tiver os **espaços públicos qualificados, os jardins e esplanadas preservados e renovados**, se continuar a apostar na **recuperação de pavimentos e calçadas**, na **dinamização de parques hortícolas**.

Uma cidade sustentável **preserva a biodiversidade**, contribuindo para o seu enriquecimento ecológico. O riquíssimo estuário do Tejo, o ecossistema florestal de Monsanto e a proximidade do mar são determinantes para a grande diversidade de espécies animais e vegetais que se podem observar na cidade.

Lisboa foi pioneira no estabelecimento das suas estratégias e metas para esta relevante área de atuação ao assumir o ambicioso desafio de **aumentar a biodiversidade urbana**, em 20%, até 2020.

E se é importante a preservação da diversidade de espécies animais, é também importante a proteção dos animais domésticos, daí que o município tenha criado a figura de **Provedor do Animal de Lisboa** e instituído uma comissão encarregue de proceder à avaliação das condições de funcionamento do canil/gatil, que queremos que seja uma verdadeira **Casa dos Animais de Lisboa**, analisando sugestões apresentadas ao município relativamente ao seu funcionamento e determinando a realização de um conjunto de iniciativas com vista a uma nova política que garanta a melhoria da qualidade de vida dos animais na cidade.



Cidade Acessível Para Todos

A expansão da área metropolitana de Lisboa em mancha de óleo e o crescimento acelerado da taxa de motorização vieram criar um grave problema provocado pela **entrada diária de cerca de 370.000 veículos**, o que faz com que, em cada 3 carros que circulam na cidade, 2 venham dos concelhos limítrofes.

O sistema de mobilidade de Lisboa tem de ser dimensionado a partir desta premissa, com o objetivo de **aumentar o nível de acessibilidade** dos seus habitantes e visitantes a serviços, escolas, emprego, zonas de lazer ou à informação e cultura, fazendo com que o elemento central devam ser as pessoas e não os automóveis.

Ao **repensar toda a estrutura de mobilidade urbana** para englobar também os modos suaves estaremos a contribuir para que mais pessoas deixem de sentir necessidade de utilizar o automóvel nas suas viagens pendulares.

Para que tal aconteça, o espaço urbano de cada bairro terá de ser mais envolvente, levando a que o estacionamento e as faixas de rodagem passem a ser um complemento e não o centro das atenções. A vida de bairro, recorrendo aos modos suaves, atingirá a sua plenitude se os **transportes coletivos forem ainda mais eficientes** e capazes de unir de uma forma continuada os diferentes bairros, assim como os concelhos vizinhos.

**aumentar o nível de
acessibilidade
dos seus habitantes,
em especial dos idosos**

O **PDM** aprovado no ano de 2012 identifica efetivamente estes desafios e propõe, no que respeita à mobilidade, um **conjunto de medidas** que vêm sendo prosseguidas, nomeadamente:

- A implementação de uma **nova hierarquia viária**, o fecho da malha viária completando alguns pequenos troços.
- A hierarquização e alargamento da **rede de transportes públicos**, a adoção de uma **política de estacionamento**, com alteração de paradigma, promovendo o estabelecimento de regras de captação em função da distância à oferta de transporte públicos.
- A promoção de uma **logística mais eficiente**, assim como o **desenvolvimento da rede de modos suaves**, integrada com as zonas de moderação de tráfego e valorizando as áreas pedonais nas zonas históricas e/ou turísticas e integrada na estrutura ecológica.

Para alcançar os objetivos traçados, torna-se necessário a **implementação de medidas de gestão do espaço público, dos edifícios e da mobilidade** que encorajem a vida de bairro, a utilização dos modos suaves e dos transportes coletivos nas viagens de curta duração e que penalizem a mobilidade em transporte individual no centro da cidade.

A garantia de sucesso na implementação de uma **estratégia coerente e sustentável**, aumenta manifestamente se o planeamento urbanístico da cidade e do seu espaço urbano tiver uma posição de liderança clara, politicamente suportada, sendo as soluções de mobilidade a implementar ou a incentivar instrumentos de suporte.

Acreditamos que as cidades que mais evoluíram no campo da sustentabilidade e, em particular, da mobilidade urbana investiram fortemente em **soluções de partilha**: do espaço, dos equipamentos, das ideias, dos fundos, etc..





Para tornar Lisboa uma CIDADE ACESSÍVEL PARA TODOS apostamos em 5 objetivos:

- Executar o **Plano de Acessibilidade Pedonal**, garantindo acessibilidade universal e segurança.
- Potenciar o **uso dos transportes coletivos e dos modos suaves** em detrimento do veículo particular, promovendo a intermodalidade.
- Implementar medidas que promovam uma **melhor gestão do tráfego urbano**, reduzindo o congestionamento e o volume de tráfego pendular, melhorando a gestão do estacionamento, garantido uma melhor integração do tráfego rodoviário no seio do espaço público sem, contudo, ignorar a necessidade de melhor gerir e controlar a velocidade do tráfego rodoviário.
- Desenvolver medidas e soluções que incentivem a **partilha de meios de transporte** e outros recursos de mobilidade.
- Promover a formação, a educação, a transferência de conhecimento e a divulgação de **soluções existentes**, premiando as melhores iniciativas.

Vamos implementar 20 medidas centrais em termos de mobilidade urbana, distribuídas por 4 vetores estruturantes:

- Ao nível das **infraestruturas de suporte** à mobilidade urbana.
- Ao nível da **gestão dos instrumentos** disponíveis.
- Ao nível da introdução de **soluções de partilha**.
- No campo da disseminação, divulgação e premiação de **soluções de excelência**.

As medidas em causa estão em perfeita sintonia com os **objetivos e medidas traçadas no PDM**, assim como com as diferentes ações presentemente em curso.

Como vamos tornar Lisboa uma CIDADE ACESSÍVEL PARA TODOS:

- 1 Tendo como objetivo primordial a **melhoria das acessibilidades e circulação pedonais**, pretende-se programar e concretizar as ações previstas no Plano de Acessibilidade Pedonal, nomeadamente as que dizem respeito à acessibilidade a equipamentos e serviços públicos, aos modos de transporte e aos atravessamentos pedonais da rede viária, com o objetivo de desenvolver uma rede pedonal contínua, segura, eficaz, multifuncional e de acesso universal.
- 2 Desenvolver o Plano Municipal de Segurança Rodoviária e proceder ao **reordenamento das interseções viárias**, onde atualmente se regista o maior número de acidentes de trânsito.
- 3 **Ampliar a rede de passeios multifuncionais**, tomando como referência o caso de sucesso da Av. Duque d'Ávila. Lisboa deverá progredir no sentido de reequacionar eixos marcantes da cidade, no sentido de serem avenidas multifuncionais onde os conceitos de mobilidade e partilha de espaço (geridos numa ótica de fachada a fachada) deverão ser redesenhados, valorizando mais o espaço público e a interação entre os peões, os serviços, o comércio, os transportes coletivos e o automóvel. Este conceito será aplicado no programa "Uma Praça em cada Bairro".
- 4 Adicionalmente, e sendo um dos objetivos para o próximo quadriénio para a cidade de Lisboa promover um shift modal dos transportes motorizados para os modos suaves, a cidade deverá continuar a **apostar fortemente no alargamento da rede de ciclovias**, dando seguimento aos planos municipais já existentes, nomeadamente o Plano Lisboa Ciclável, em particular assegurando as ligações entre as vias cicláveis existentes através da rede viária da cidade e da sua interligação com as Zonas 30.



5 GRANDES EIXOS PARA O GOVERNO DE LISBOA

- 5 **Estender as Zonas 30 a outras áreas de Lisboa.** De forma progressiva será promovido e alargado, em parceria com as Juntas de Freguesia, o conceito já existente de Zona 30, estendendo-o a áreas e ruas comerciais, mas com um conjunto adicional de argumentos de sustentabilidade e de oferta de soluções de mobilidade (albergando estações de car sharing e bike sharing, parklets, entre outros).
- 6 **Alargar a rede de faixas bus.** Se nas décadas de setenta e oitenta, o objetivo de uma cidade moderna era garantir a máxima velocidade comercial do transporte individual, esse conceito mudou radicalmente, sendo agora missão de uma cidade eco-inovadora apoiar e assegurar uma contribuição efetiva para melhorar a performance dos transportes públicos. Nesse sentido, Lisboa deverá alargar a sua rede de faixas bus, nomeadamente em corredores estruturantes e, particularmente, naqueles de apoio a soluções de park & ride.
- 7 Sem prejuízo das propostas do PDM para um horizonte de longo prazo, propõe-se concluir os estudos de **duas linhas de transporte coletivo em sítio próprio (TCSP)**, que assegurarão um serviço qualificado de transportes coletivos na coroa norte da cidade – entre a Charneca, Ameixoeira e Benfica – e no eixo transversal da zona ocidental – entre o Alto do Restelo e Alcântara – e que permitirão resolver graves problemas de acessibilidade em transportes coletivos nestas zonas da cidade, para além de aumentarem a conectividade da rede e a interligação com o ML.
- 8 **Projeto de transporte escolar e de idosos mais integrado e sustentável.** Face às novas necessidades, quer em termos de escolas, quer em termos de bairros mais necessitados, é importante reavaliar os conceitos atualmente em vigor do transporte escolar e de idosos.



- 9 **Uma bilhética totalmente integrada com produtos próprios da cidade de Lisboa.** Tirando partido do esforço da OTLIS e da já existente bilhética integrada ao serviço dos transportes coletivos e estacionamento, Lisboa deverá promover esforços para que os seus novos produtos de mobilidade (car sharing, bike sharing, créditos de mobilidade) recorram também à mesma plataforma de gestão de bilhética. Um cartão universal ao serviço da mobilidade de Lisboa.
- 10 **Alargar os conceitos de park & ride para regiões periféricas, envolvendo os concelhos vizinhos, incluindo suporte aos clubes de car pooling.** As medidas de park & ride presentemente em funcionamento em Lisboa foram um primeiro passo para algo que deverá alcançar uma maior dimensão. Urge a introdução de pelo menos duas iniciativas de park & ride com capacidades superiores a mil lugares: na Pontinha e nos Olivais, locais na região limítrofe do concelho e que apresentam condições muito favoráveis para a prática de park & ride: estão próximos de eixos rodoviários que alimentam as entradas em Lisboa (IC19-A8 e A1, respetivamente); com espaço amplo e a custo de implementação comportável para albergar o estacionamento dos automóveis; e bem servidos de transportes coletivos. No caso do Jamor, haveria o interesse em desenvolver uma solução com os operadores de transportes coletivos para implementar um serviço pendular nas horas de ponta (que poderia ser associado à existência de uma faixa bus entre o Jamor e o Alto de Monsanto).
- 11 **Promoção de parques de estacionamento multiuso.** Em comparação com cidades europeias de dimensão semelhantes, Lisboa apresenta índices de lugares de parque de estacionamento em estrutura por habitante (ou por veículo) claramente baixos. Torna-se assim necessário alargar a rede de parques em zonas de maior carência, mas recorrendo a um conceito inovador de parque multiuso (o parque do Chão de Loureiro, internacionalmente premiado por várias vezes, veio demonstrar a sua viabilidade e sustentabilidade). Ou seja, na construção ou reabilitação de um edifício, adicionar à funcionalidade de estacionamento comércio, arte, restauração ou supermercados locais que façam do parque igualmente um promotor de vivências na zona em implementação. Tomando como base este novo conceito, propomos continuar o programa de construção de parques de estacionamento para residentes através do aproveitamento de terrenos sem uso e baldios, tendo em vista conseguir disponibilizar mais 2 mil lugares de estacionamento nestas condições. Particularizando, promoveremos a construção, através da EMEL, dos parques de estacionamento do Mercado de Arroios, Bairro Alto, R. Raquel Roque Gameiro (S. Domingos de Benfica), Praça Professor Santos Andrea (Benfica) e Campo das Cebolas.
- 12 **Implementação de Planos de Mobilidade e Transportes.** A cidade de Lisboa (e a CML, em particular) apresenta um conjunto de edifícios e polos empresariais que geram volumes de mobilidade diária que estão longe de apresentar os índices de eficiência e sustentabilidade que hoje em dia se praticam nas cidades de referência. Em Lisboa será promovida, conforme estabelecido no Pacote de Mobilidade do IMT, a elaboração de Planos de Mobilidade e Transportes que levem a uma redução no número de viagens, mais partilha, redução de frota e um aumento do uso de transportes coletivos e dos modos suaves.
- 13 **Modernizar o centro de controlo e gestão de tráfego,** de modo a permitir a interligação de todos os dispositivos existentes (desde os semáforos aos sistemas de controlo e gestão dos túneis, passando pelo estacionamento) e a obter a informação necessária à divulgação pública, em tempo real, das condições de circulação na cidade e da disponibilidade de estacionamento.



- 14 Completar o sistema de radares e de dispositivos de controlo de velocidade**, de acordo com o programa já elaborado, que prevê a instalação e relocalização de mais 10 radares e a introdução de dispositivos em mais 10 semáforos.
- 15 Implementar um novo conceito de gestão da logística urbana com uma solução inovadora de gestão das cargas e descargas**. Reavaliar o regulamento atualmente existente e alargar os conceitos nele patentes, tirando proveito das tecnologias de informação e comunicação hoje em dia disponíveis.
- 16 Dar continuidade à promoção da mobilidade elétrica**, prosseguindo nomeadamente o esforço de parceria para a promoção dos táxis elétricos e alargar a outras frotas de empresas, tal como o município fez com a sua própria frota. No mesmo sentido, promover a mobilidade elétrica nas circunstâncias em que modos suaves e transportes públicos não sejam competitivos, assim como implementar as próximas fases da zonas ZER (Zonas de Emissão Reduzidas), com a introdução de um sistema automático de fiscalização do acesso de veículos e a consideração de restrições de acesso aos veículos que não respeitem a norma EURO 3 (3ª fase) e a EURO 4 (4ª fase).

- 17 Promover uma rede de car sharing para Lisboa.** Apoiar e incentivar que soluções de car sharing com a escala adequada se instalem em Lisboa. Recorrendo a veículos amigos do ambiente, facilitando, por exemplo, no preço a pagar à cidade pelo operador na disponibilização do estacionamento em superfície, assim como de ilhas âncora de suporte às redes de car sharing.
- 18 Concretizar o projeto de bicicletas de uso partilhado** como modo de transporte urbano.
- 19 Fechar a malha viária completando o eixo central da cidade para a Alta de Lisboa,** criando a diagonal nascente/poente, que promove a ligação entre os setores oriental e ocidental, descongestionando o centro histórico e a frente ribeirinha. Em particular, há que:
- Completar a rede viária principal da cidade, nomeadamente, na área oriental com ligação das Orlas e à Av. Infante D. Henrique.
 - Proceder ao reordenamento das interseções entre eixos viários principais da cidade, como sejam as da Av. das Forças Armadas com a Av. Professor Gama Pinto e Av. Álvaro Pais, da Av. EUA com a Av. Almirante Gago Coutinho, da Av. Gulbenkian com a Praça de Espanha e dos nós de Entrecampos e do Campo Grande.
- 20 Divulgar e premiar a excelência ao serviço da mobilidade sustentável** que promova informação, treino, transferência de conhecimento, análise de dados, promoção de projetos-piloto nacionais e internacionais, de serviços de transporte ligeiros (ex. pedibus), de organização de campanhas de comunicação, promoção da SEM (Semana Europeia da Mobilidade), dando apoio à organização de iniciativas de car pooling e dos planos de mobilidade empresariais, gerindo a atribuição de prémios e de bandeiras da mobilidade.



Lisboa Global

Cidade da Cultura e da Criatividade

Cidade do Diálogo e da Interculturalidade

Cidade do Turismo

Cidade do Mar

Cidade Metropolitana



Cidade da Cultura e da Criatividade



Afirmar Lisboa como **cidade cosmopolita** é ser leal à identidade de sempre da nossa cidade, ponto de chegada e de partida dos muitos mundos do Mundo.

Lisboa tem a **maior e mais diversificada dinâmica cultural e criativa do país**, bem como um património cultural imóvel, material e imaterial de enorme riqueza e variedade, que constituem fatores fundamentais de identidade, memória, fortalecimento do sentido de pertença. No entanto, continua a ter ambição. Ambição de continuar a potenciar estes seus ativos inesgotáveis e de afirmar Lisboa como cidade criativa, reforçando a centralidade da cultura nas políticas urbanas.

**Continuar
a promover
a cultura e afirmar
Lisboa como
cidade criativa.**

5 GRANDES EIXOS PARA O GOVERNO DE LISBOA

Para isso, iremos:

- Prosseguir o investimento na reabilitação e na salvaguarda do **património cultural**.
- Fomentar a **criação artística**.
- Promover o **alargamento da oferta e difusão culturais e artísticas** que incluam uma estratégia de intervenção territorial à escala da cidade e também uma estratégia de internacionalização da cidade e dos seus artistas.
- Promover o **funcionamento em rede** de equipamentos e programações.
- Fomentar a **transversalidade da cultura** e tornar efetiva a sua articulação com os diversos domínios de intervenção.
- Fomentar e apoiar as **indústrias culturais e criativas**.

O município, mais do que promotor, deverá ser o **facilitador da expressão autónoma, espontânea e impulsionador dos agentes criadores e criativos da cidade**. O município deve criar e preservar espaços, equipamentos e infraestruturas, eventualmente de multiutilização, onde as expressões culturais e criativas possam ser facilmente acedidas por diferentes e variados públicos.

O **investimento na cultura e criatividade**, que se cruzam numa rede de produções, estímulos e saberes, reforça o sentido de pertença e de identidade; contribui para atrair e fixar população jovem e população com habilitações mais qualificadas; contribui para a melhoria da qualidade de vida dos seus habitantes; para a criação de valor numa economia sustentável; para a consolidação de uma sociedade mais aberta ao diálogo e à diversidade, mais democrática e tolerante.



Como vamos tornar Lisboa uma CIDADE DA CULTURA E DA CRIATIVIDADE:

- 1 Proceder à **reestruturação do Museu da Cidade** e **criação do novo Museu de Lisboa**, a partir de uma visão territorial alargada, polinucleada, que inclui a criação do seu novo núcleo sede no Torreão Poente do Terreiro do Paço, a requalificação dos seus vários núcleos, bem como a articulação com outros monumentos e sítios relevantes para a história da cidade.
- 2 Executar o “**Programa Estratégico Biblioteca XXI**”, para uma cobertura territorial equilibrada à escala da cidade, com implementação de medidas ao nível da requalificação física das bibliotecas existentes (Galveias, Hemeroteca), ao nível da ampliação da rede de bibliotecas municipais (Marvila, Benfica, Alcântara, Lapa) e ao nível da redefinição da missão destes equipamentos como estruturantes no acesso à cultura e ao conhecimento, na promoção das literacias e na valorização dos bens e serviços de proximidade nestes domínios.
- 3 Reformular e requalificar da **Rede de Museus Municipais**.
- 4 Reforçar o papel da **autarquia como facilitadora das dinâmicas culturais da cidade**, através, nomeadamente, da concessão de apoios financeiros e não financeiros (com destaque para a divulgação e cedência de espaços) a agentes culturais e da articulação, com as demais entidades públicas e privadas que intervêm neste setor, de estratégias concertadas para melhores condições de trabalho e criação, financiamento e internacionalização da cidade e dos seus criadores, artistas e produtores culturais.
- 5 Intensificar a **requalificação e salvaguarda do património** material (designadamente azulejar) e imaterial da cidade de Lisboa, através de programas e projetos específicos, incluindo exposições.
- 6 Inscrever a cidade de Lisboa na rede das **Cidades Criativas da UNESCO**.
- 7 Executar o **Plano de Pormenor do Parque Mayer**, designadamente com a abertura do Teatro Raul Solnado (Capitólio), a reabilitação do Variedades em articulação com a necessidade de viabilizar a reabilitação do Olympia e Odeon e a requalificação da Rua dos Condes.

Cidade do Diálogo e da Interculturalidade



Lisboa deve afirmar-se como a cidade de diálogo. **Diálogo intergeracional, interreligioso e intercultural**, onde todos são parte da solução, onde todos pertencam, para a qual todos contribuam, tirando assim partido da sua diversidade demográfica, da sua situação geopolítica e da sua abertura ao Mundo.

Esse diálogo passa pela valorização da interculturalidade e da diversidade religiosa, o que reforça a afirmação de Lisboa como **cidade moderna e cosmopolita**. Ao acolher e integrar povos de diferentes culturas e origens, Lisboa tem beneficiado de uma população que contribui para o seu rejuvenescimento e dinamismo económico. A continuação da aposta numa convivência harmoniosa, diversa e tolerante deve ser reforçada, valorizando as vantagens da interculturalidade, enquanto processo capaz de promover a interação entre os vários grupos presentes na sociedade.

Para cumprir estes desígnios deve ser feita uma **aposta no fortalecimento do sentido de pertença e na participação cívica dos membros das comunidades minoritárias**.

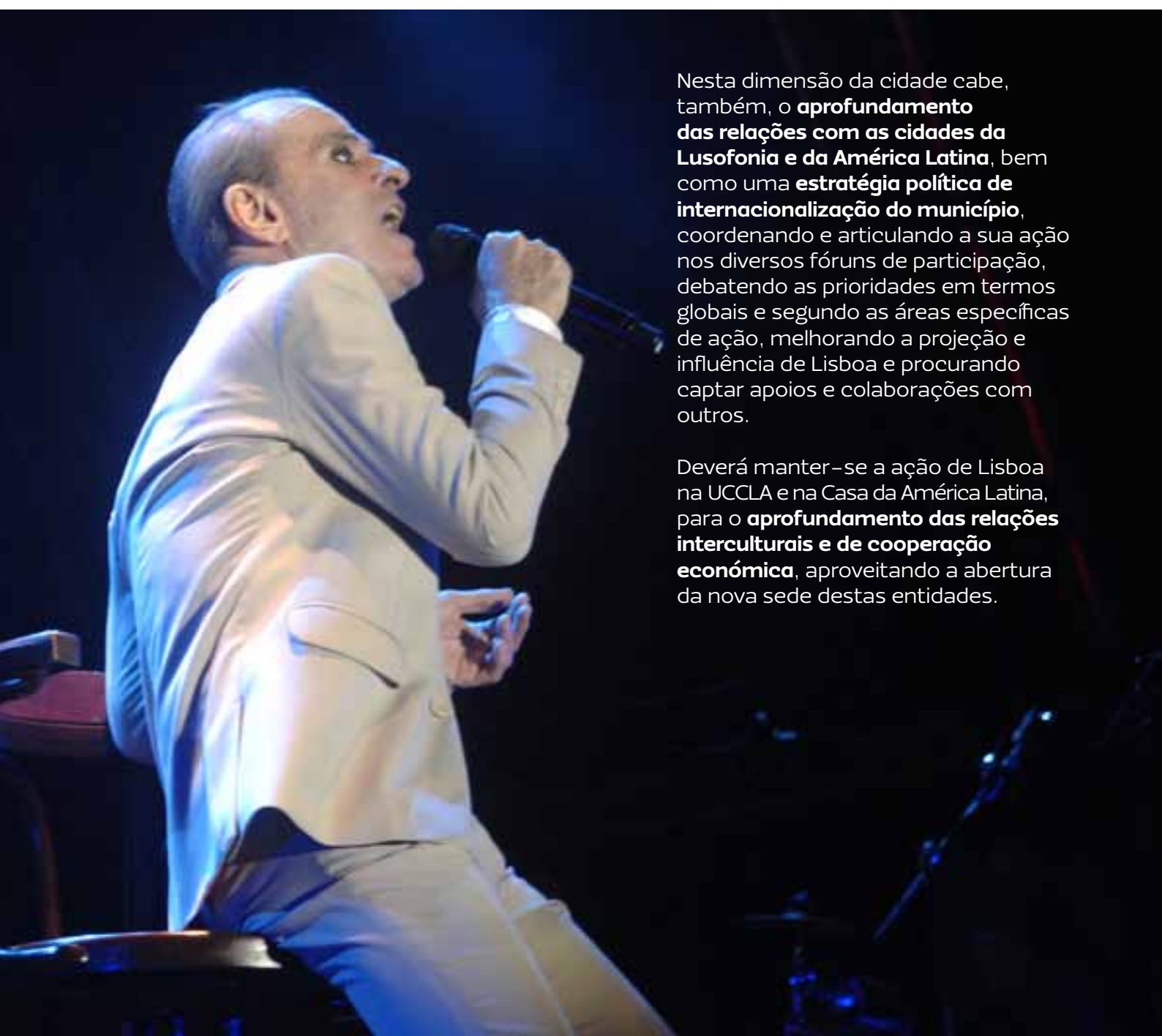
Como vamos tornar Lisboa uma CIDADE DO DIÁLOGO E DA INTERCULTURALIDADE:

- 1 Dinamizar o **Conselho Municipal da Interculturalidade e Cidadania**.
- 2 Reforçar o trabalho conjunto com o ACIDI com vista à **integração de novos residentes estrangeiros**.
- 3 Continuar a promover o **"TODOS – Caminhada de Culturas"**, exemplo do compromisso intercultural da cidade, como meio de difusão e de partilha da interculturalidade ao nível do espaço público.
- 4 Promover o **diálogo interreligioso**, envolvendo nele tanto entidades religiosas como civis, comemorando anualmente a Semana da Harmonia Interreligiosa preconizada pela ONU.
- 5 Assegurar que as crianças e os jovens adquiram competências na escola para prosseguir o **diálogo intercultural** de forma harmoniosa na sua vida adulta.
- 6 Promover, em colaboração com outras organizações como a Fundação Aga Kahn, o acesso à **língua portuguesa** das famílias, de forma a facilitar a sua integração social.
- 7 Utilizar a **rede de bibliotecas municipais** como centros cívicos para a promoção da interculturalidade.
- 8 Prosseguir o trabalho iniciado com a criação da Galeria de Arte Urbana, organizando **workshops** destinados a incentivar os jovens a respeitar o ambiente urbano e promovendo a street art como meio de expressão intercultural.



5 GRANDES EIXOS PARA O GOVERNO DE LISBOA

- 9 Apoiar o **empreendedorismo e a criatividade económica das populações residentes estrangeiras**, facilitando assim o crescimento da cidade.
- 10 Utilizar a participação de Lisboa nos organismos e nas redes internacionais de forma a beneficiar de experiências e de boas práticas existentes noutras cidades e reforçando as **conexões transculturais**.
- 11 Aproveitar todas as possibilidades de **financiamento internacional**, em particular o europeu, para desenvolver o trabalho nesta área.

A man in a light-colored suit is shown in profile, singing passionately into a microphone on a stage. The background is dark, and the lighting is focused on him, creating a dramatic effect. The image is part of a document discussing international relations and cultural connections for the City of Lisbon.

Nesta dimensão da cidade cabe, também, o **aprofundamento das relações com as cidades da Lusofonia e da América Latina**, bem como uma **estratégia política de internacionalização do município**, coordenando e articulando a sua ação nos diversos fóruns de participação, debatendo as prioridades em termos globais e segundo as áreas específicas de ação, melhorando a projeção e influência de Lisboa e procurando captar apoios e colaborações com outros.

Deverá manter-se a ação de Lisboa na UCCLA e na Casa da América Latina, para o **aprofundamento das relações interculturais e de cooperação económica**, aproveitando a abertura da nova sede destas entidades.

Cidade do Turismo



Lisboa global é também a Lisboa do turismo, um dos seus principais vetores de crescimento económico. A afirmação do turismo na cidade de Lisboa, potencia, em termos nacionais e internacionais, a inscrição da região de Lisboa como **uma das regiões europeias mais competitivas neste setor de atividade** e a projeção da marca Lisboa e a divulgação da cultura e património histórico da cidade, da região e do país. Daí que a cidade tenha de continuar a **apostar nos fatores críticos de sucesso** desta atividade, para consolidar e melhorar o seu posicionamento em todos os segmentos de atividade turística, ao nível da qualificação da oferta, mas também de aumento da procura.

**Aproveitar
o potencial
turístico
da cidade.**

Lisboa deve aproveitar todo o seu potencial turístico, desde o **clima à paisagem**, passando pelo **património histórico material e imaterial**, pelos **produtos tradicionais e gastronomia**, pelos **bens e equipamentos culturais** e pelas **atividades de lazer associadas ao mar**, onde a qualidade de oferta e inovação são, cada vez mais, fatores diferenciadores que contribuem para aumentar a atratividade e reforçar a posição competitiva da cidade. Por outro lado, importa fomentar o aumento dos níveis de procura de Lisboa como forma de estabelecer, a um nível cada vez mais elevado, um adequado equilíbrio da atividade nesta região.



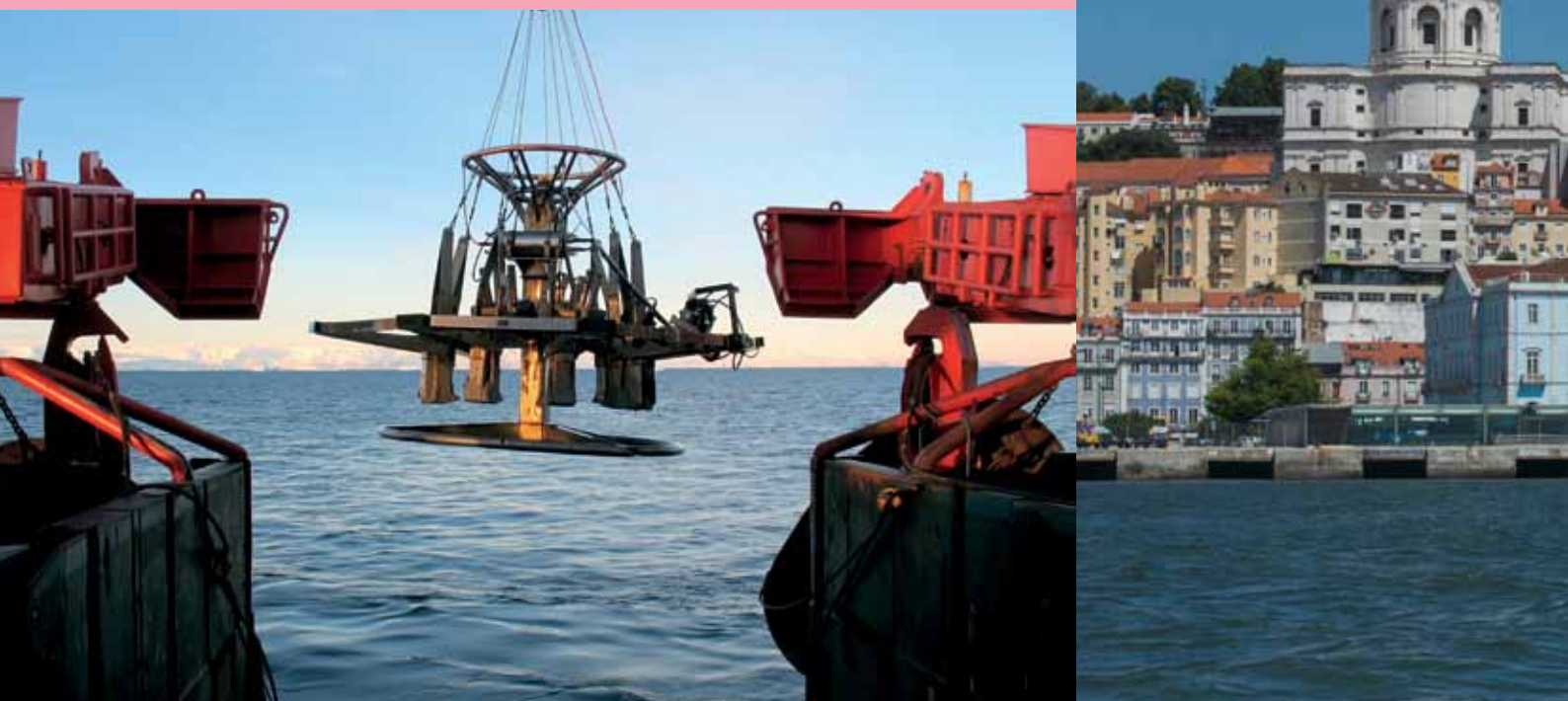
Como vamos tornar Lisboa uma CIDADE DO TURISMO:

- 1 Acompanhar o desenvolvimento do projeto do **Novo Terminal de Cruzeiros** de Lisboa, assegurando o pleno aproveitamento e valorização da infraestrutura no afluxo de turistas à cidade, dada a futura condição de porto de chegada e saída de turistas.
- 2 Acompanhar o **processo de privatização da ANA**, nomeadamente as questões que se relacionam com o aumento da capacidade do aeroporto de Lisboa.
- 3 Consolidar o papel da **ATL – Associação de Turismo de Lisboa** como entidade responsável pela promoção externa da região de Lisboa, envolvendo entidades públicas e privadas.
- 4 **Melhorar as centralidades turísticas**, através da requalificação das zonas de elevado potencial, da referenciação adequada das ofertas e da melhoria de todo o sistema de sinalização e informação ao turista.
- 5 **Enriquecer e densificar a oferta turística**, nomeadamente através da integração de recursos culturais, propostas de itinerários e eventos em torno de experiências únicas da realidade da cidade (por exemplo, Descobertas, bairros históricos).



- 6 Assumir a orientação de “**Lisboa Cidade Acessível para Todos**”, promovendo a remoção de todo o tipo de barreiras à fruição turística por parte de cidadãos com mobilidade condicionada (por deficiências de natureza motora, visual, auditiva, intelectual ou outra), seja ao nível das infraestruturas, dos equipamentos ou dos serviços.
- 7 Apoiar o **desenvolvimento de produtos turísticos** emergentes na região de Lisboa, bem como circuitos conexos, como forma de valorização da oferta e do destino “Lisboa”.
- 8 Aprofundar o relacionamento com o **Turismo de Portugal**, nomeadamente com a **Escola de Turismo de Lisboa**, no sentido desta constituir-se cada vez mais como uma escola de referência internacional.
- 9 Aproveitar e desenvolver a pujante realidade da **nova gastronomia portuguesa**, assente na fusão da cozinha tradicional com a das múltiplas culturas da cidade, que tem sido dinamizada por um grupo de chefs com crescente afirmação no panorama internacional. Em particular, assegurar a participação ativa na **Rede Internacional de Cidades Gourmet**, a que Lisboa aderiu recentemente, promovendo eventos internacionais, concursos e seminários para a divulgação da gastronomia; apoiar a formação de jovens cozinheiros através da cedência de espaços associados à dinamização dos mercados da cidade; prosseguir com a estratégia dos festivais gastronómicos e de atribuição de prémios (por exemplo, o Festival do Peixe e o concurso “Lisboa à Prova”).
- 10 Atualmente Lisboa é um dos destinos mundiais mais importantes para os segmentos da chamada **meetings industry**, pelo que é da maior importância que reforce a sua posição competitiva no segmento das reuniões, congressos e conferências internacionais, atraindo, assim, mais visitantes nacionais e internacionais, mais participantes em conferências de alto nível, mais participantes em eventos culturais e desportivos, mais operadores e promotores turísticos.
É, pois, estratégico que Lisboa disponha de um **Centro de Congressos** com capacidade para acolher os congressos de maior dimensão (mais de 5000 participantes), rentabilizando a oferta hoteleira já instalada, podendo, ainda, ser local de desenvolvimento de articulação com outras atividades, nomeadamente as culturais, criativas e promocionais. A existência de um Centro de Congressos reforçará o segmento de turismo de negócios que tem registado um incremento significativo na cidade.

Cidade do Mar



Um dos **recursos que Lisboa tem disponível** e em que **pode ser diferenciadora** para afirmação internacional é o mar. A história de Lisboa é feita do **constante encontro do rio e do mar**. Um encontro virtuoso que, ao longo dos séculos, tem forjado a sua identidade e afirmação global.

Lisboa **desenvolveu-se ao longo do rio** e do território adjacente, construindo-se e reconstruindo-se, enquanto espaço de vivência e convivência, de trabalho, de empreendedorismo e inovação, de cultura e lazer. Mas, para que este encontro continue a ser virtuoso para a população que nela reside, trabalha e visita, Lisboa tem de **repensar esta relação**, reforçando-a com novos olhares, novas ideias, novas atividades e novos e mais atores.

Lisboa deve afirmar-se, em termos nacionais e internacionais, como **polo de desenvolvimento em todos os assuntos relacionados com o mar**, desde a investigação pura e aplicada às atividades económicas, em especial as relacionadas com a atividade turística, comercial e portuária, até às atividades culturais, recreativas e de lazer. Daí que nos proponhamos desenvolver o projeto "Campus do Mar".

Lisboa deve constituir-se como **centro de excelência nas atividades relacionadas com o mar**, criando dinâmicas económicas que impulsionem o surgimento e instalação de polos de investigação, de mais empresas, com maior, melhor e mais diversificada oferta de



bens e serviços associados ao mar, alargando, assim, o leque de profissões e atividades qualificadas e tecnologicamente avançadas, a par da consolidação e recuperação de atividades tradicionais cujo saber é necessário preservar e transmitir às atuais e futuras gerações.

Da maior importância para a cultura, o turismo e a ciência é a **valorização e divulgação dos Descobrimentos**. Assinalando-se em 2015 os 600 anos do início da expansão, aproveitando a reabilitação da antiga Doca Seca na Ribeira das Naus e a renovação da Doca da Marinha no Campo das Cebolas, esta é a oportunidade de apoiar a Marinha na instalação de um novo polo do Museu da Marinha dedicado às Descobertas.

Deve procurar-se definir um percurso do Campo das Cebolas a Belém que permita destacar o **sentido universal e humanista das Descobertas**:

- Pela importância do **conhecimento** para a navegação.
- Pelo **desenvolvimento científico** que permitiram.
- Pela valorização do **encontro de povos** e culturas.
- Pela partilha de uma **língua** comum.
- Pelo desenvolvimento de **rotas**.
- Por constituir uma **fonte inspiradora** do muito que o mar ainda tem por descobrir.

Cidade Metropolitana



Lisboa é a marca mais forte e o elemento agregador da **Área Metropolitana de Lisboa (AML)**.

Na última década, a região de Lisboa contribuiu para cerca de um terço do crescimento da riqueza nacional (PIB), sendo a cidade de Lisboa o seu elemento agregador e agente mais dinâmico, atendendo à **qualidade dos seus recursos humanos, tecnológicos, ecológicos e económicos**.

Podemos afirmar que o crescimento e desenvolvimento do país dependem, em grande medida, do efeito de arrastamento exercido pelo **crescimento e desenvolvimento harmonioso e sustentável de Lisboa**.

Daí que Lisboa deva **reforçar a liderança do processo de mobilização da AML** em torno de uma visão estratégica ambiciosa e capaz de federar um conjunto de projetos estratégicos, participando ativamente na elaboração de uma estratégia de médio prazo para a Área Metropolitana de Lisboa.

O desenvolvimento e a expansão do ecossistema empreendedor de Lisboa, a aposta em clusters estratégicos como o mar, as indústrias criativas, ou a saúde e bem-estar, a atração e fixação de empresas multinacionais e de estudantes estrangeiros será melhor sucedida se formos capazes de **pensar e agir, também, na escala metropolitana**.

O **potencial de conhecimento, investigação, desenvolvimento, inovação e criatividade** de Lisboa, cidade capital, deve ser articulado com outros fatores dinâmicos da área metropolitana, no sentido de promover a internacionalização da base económica da região e potenciar o desenvolvimento integrado da macro região da fachada atlântica peninsular.

Este será o caminho para pensar a **função e posicionamento de Lisboa na economia global**, o seu capital simbólico e a sua estratégia de internacionalização, bem como a sua capacidade de atração de investimento, empresas e talentos.

Consideramos, por isto, urgente a **transformação da AML em verdadeira autarquia local**, com eleição direta dos seus órgãos.

Contudo, sem prejuízo deste objetivo, a **AML pode desde já assumir este papel na promoção económica da região** e na gestão dos sistemas de incentivos, a exemplo do que acontece com sucesso com a Associação de Turismo.

**Ainda no contexto da AML,
consideramos ser fulcral para o desenvolvimento da região
e para a promoção da qualidade de vida ter uma
atenção redobrada sobre as questões da mobilidade.**

A acessibilidade da população a **meios de transporte adequados às exigências da vida quotidiana** é imperativo de uma cidade capital, bem como da região metropolitana em que se insere.

Lisboa não pode, assim como a sua área metropolitana, continuar a ser parte **excluída da gestão, do planeamento e da decisão em matéria de transportes**.

Uma rede de transportes públicos insuficiente, desarticulada e cara promove a **dependência do automóvel**, o **congestionamento do trânsito**, o **aumento da poluição atmosférica** e a **exclusão dos menos favorecidos**, quer dentro da cidade quer em seu redor.

Não esquecendo os direitos patrimoniais do município de Lisboa, que têm de ser satisfeitos pelo Estado, nem a posição própria da cidade de Lisboa na gestão das empresas de transportes urbanos, defendemos a atribuição à AML das competências da chamada **"Autoridade Metropolitana dos Transportes"**, descentralizando para a escala metropolitana as competências atualmente exercidas pela administração central.

**A acessibilidade da
população a meios de
transporte adequados às
exigências da vida.**

